



REVISTA DA

JUVENTUDE

RURAL



PUBLICAÇÃO DA SECRETARIA
DE JOVENS TRABALHADORES E
TRABALHADORAS RURAIS - 2025



SUCESSÃO RURAL E
SINDICAL, FORTALECER
A LUTA PARA COLHER
CONQUISTAS.



EXPEDIENTE

Produção Editorial: Revista da Juventude Rural - Edição 2025

Coordenação Geral: Monica Bufon e Lyvian Sena

Organização de conteúdo e produção de textos: Edição 2016 - Armando Santos Neto e Eryka Galindo; Atualização de conteúdo e nova redação para a Edição 2025 - Lyvian Sena, Mateus Quevedo, Sara de Oliveira e Sabrina Mendes

Fotografias: Barack Fernandes, César Ramos, Luiz Fernandes, Soraya Brandão, Roana Wrsula, Arquivos CONTAG, Arquivos FETAG-PI, FETAG-RS, Arquivos FETAEP, Arquivos FETAES, Arquivos FETRAECE, Arquivos FETAEMG, Arquivos FETAPE, Arquivos FETAGRO.

Pesquisa e Seleção de Imagens: Lyvian Sena, Verônica Tozzi e Marcos Henrique Beltrão

Edição e Revisão: Verônica Tozzi

Projeto Gráfico: Lunna Fabris

Apoio Institucional: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

Acordo de Cooperação Técnica e Financeira 001/2024 - SENAR.

Tiragem: 30 mil exemplares

Gráfica: Cidade Gráfica

COMISSÃO NACIONAL



Camila Evelin Lima Rode
Rio Grande do Sul



Dener Civiero
Santa Catarina



José Severino da Silva
Pernambuco



Cimara dos Santos Peçanha
Rio de Janeiro



Evelim Seixas da Silva
Amazonas



Josildo Irineu da Silva
Paraíba



Daianne Rosa Seemund Silva Ramos
São Paulo



Elisafan Arnaldo Lustosa
Maranhão



Leonardo Paixão Santos
Tocantins



Dalilla dos Santos Gonçalves
Goiás



Gisangela Vareiro Mello
Mato Grosso do Sul



Lucas Martins Ferreira
Minas Gerais



Deicilene Rocha Caldas
Pará



Izabelle Bianca Santos Corrêa
Amapá



Maria Cândida dos Anjos Queiroz
Bahia

DE JOVENS



Maria Elizabeth do Nascimento Barboza
Alagoas



Raimundo Mendes de Barros Filho
Acre



Wilians de Aguiar Santana
Rondonia



Melissa Gabrieli da Silva Vieira
Mato Grosso



Raissa Correia Rosa
Espírito Santo



Milena Magalhães Camelo
Ceará



Regina Gomes da Silva
Piauí



Mônica Bufon
Secretária de Jovens
Trabalhadores(as) Rurais



Nadrielle Rocha
Sergipe



Reginaldo Cruz da Silva
Roraima



Edjane Rodrigues Silva
Secretária de Políticas Sociais



Natalia Michelly da Silva
Rio Grande do Norte



Tainá Guanini de Oliveira
Paraná



Thaisa Daiane Silva
Secretária Geral

DIRETORAS JOVENS DA CONTAG

DIRETORIA EXECUTIVA DA CONTAG

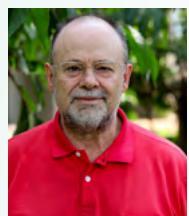
Gestão 2021-2025



Aristides Veras dos Santos
Presidente



Sandra Paula Bonetti
Secretária de
Meio Ambiente



Alberto Ercílio Broch
Vice-presidente e Secretário
de Relações Internacionais



Edjane Rodrigues Silva
Secretária de
Políticas Sociais



Thaisa Daiane Silva
Secretária Geral



Carlos Augusto Santos Silva
Secretário de Formação
e Organização Sindical



Juraci Moreira Souto
Secretário de Finanças
Administração



Maria José Moraes Costa
Secretária de Mulheres
Trabalhadoras Rurais



Alair Luiz dos Santos
Secretário de
Política Agrária



Mônica Bufon
Secretária de Jovens
Trabalhadores(as) Rurais



Vânia Marques Pinto
Secretária de Política
Agrícola



Antonio Oliveira
Secretário de
Trabalhadores(as)
Rurais da Terceira Idade

APRESENTAÇÃO



Estamos em luta permanente para que toda a juventude do campo, da floresta e das águas tenha o direito de permanecer no campo com qualidade de vida, com direitos garantidos e com possibilidade de concretização de projetos e sonhos.

A história da juventude na trajetória de lutas da CONTAG é marcada por conquistas, avanços e muita mobilização. Estamos presentes em todos os cantos do Brasil participando de forma ativa nos sindicatos e nas ações comunitárias. A juventude do campo, da floresta e das águas deseja cultivar um mundo novo e segue semeando resistência!

A segunda edição da **Revista da Juventude Rural da CONTAG** nos apresenta essa trajetória dos e das jovens na história da CONTAG. Conhecer a história nos fortalece para as lutas do presente e nos alimenta para as construções futuras! Nossas memórias de luta são combustíveis potentes para a caminhada rumo ao bem viver promovendo sucessão rural com qualidade de vida.

O compromisso com o estudo e a leitura é fundamental para os/as que desejam, por meio da luta coletiva, combater desigualdades, injustiças e tecer novas relações baseadas em solidariedade, cooperação e respeito.

Boa leitura!

Abraços,
MONICA BUFON
Secretária de Jovens da CONTAG
(Gestões 2017-2021 e 2021-2025)

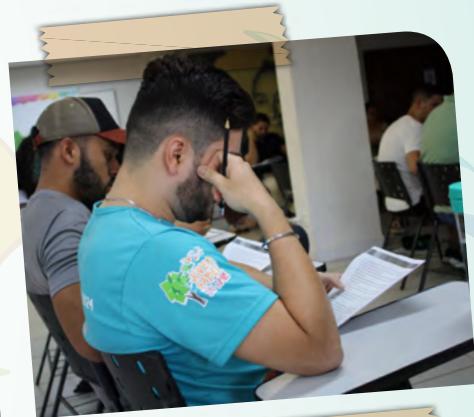
**"Juventude da Terra
Que não vai desistir
Raízes se agarram e quer resistir
O campo é meu lar, o chão meu lugar
Eu sou força, sou luta, sou grito no ar!"**

Caju



“SONHO COM O DIA
EM QUE TODAS AS NOITES
SEJAM JUSTAS
PARA QUE TODAS AS ESTRELAS
BRILHEM NA TERRA
E QUE HAJA UM CÉU
EM CADA CORAÇÃO.”

SERGIO VAZ



SUMÁRIO

11	QUEM É A JUVENTUDE RURAL E COMO ESTÁ O MUNDO QUE VIVEMOS?
12	JUVENTUDE DO CAMPO, DA FLORESTA E DAS ÁGUAS ENTRE O ESTADO QUE TEMOS E O BRASIL QUE QUEREMOS
25	NOSSA HISTÓRIA COMEÇA MUITO ANTES
26	UM PASSEIO PELA TRAJETÓRIA DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS E SUAS CONQUISTAS NO MOVIMENTO SINDICAL
34	CONTAG: A FORÇA QUE UNE OS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO CAMPO NA LUTA POR DIREITOS E DIGNIDADE
36	CONGRESSOS E LUTAS: AVANÇOS E DESAFIOS NA ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS
40	PARCERIAS: FORTALECENDO A LUTA E A MOBILIZAÇÃO NO CAMPO BRASILEIRO
41	O PADRSS E O PAPEL TRANSFORMADOR DA JUVENTUDE RURAL: CONSTRUINDO UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO
43	O PODER DO SINDICATO: NOSSA HISTÓRIA, NOSSA FORÇA PARA O FUTURO
47	JUVENTUDE QUE OUSA LUTAR, CONSTRÓI PODER POPULAR!
48	LINHA DO TEMPO
50	A HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE NA CONTAG
54	JUVENTUDE RURAL OCUPANDO ESPAÇO NO MSTTR
60	SEGUINDO NA LUTA PARA FORTALECER A JUVENTUDE NO MSTTR
70	O FORTALECIMENTO DA LUTA DA JUVENTUDE RURAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS
83	A JUVENTUDE SEMEANDO RESISTÊNCIA E CULTIVANDO UM MUNDO NOVO
105	SUCESSÃO RURAL, SUCESSÃO SINDICAL E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO
117	CORDEL DO SABER E O CAMPO RENOVADO

1

QUEM É A
JUVENTUDE
RURAL E
COMO ESTÁ O
MUNDO QUE
VIVEMOS?

JUVENTUDE DO CAMPO, DA O ESTADO QUE TEMOS E



Escrever sobre a juventude rural é um grande desafio. O conceito de juventude rural é relativamente novo e começou a ganhar maior destaque bibliográfico, ou seja, com pessoas interessadas em estudar o assunto, a partir das lutas dos movimentos sindicais, sociais e populares no final do século 20 e início do século 21. Isso não ocorre apenas no Brasil, mas em toda a América Latina. A principal preocupação da maioria dos estudos é a encruzilhada entre sair e permanecer no campo.

Segundo o Censo de 2022 do IBGE, mais de 1 milhão de jovens deixaram o campo na última década.



FLORESTA E DAS ÁGUAS ENTRE O BRASIL QUE QUEREMOS



Quando falamos de juventude rural, nitidamente estamos nos referindo à juventude pertencente à agricultura familiar. Esta agricultura familiar que construímos existe e resiste, mas devemos nos perguntar, para que a juventude rural tenha condições de permanecer no campo, nosso modelo de agricultura familiar deve buscar a construção da soberania

SOMOS UM MAR DE FOGUEIRINHAS

Um homem da aldeia de Neguá, no litoral da Colômbia, conseguiu subir aos céus. Quando voltou, contou. Disse que tinha contemplado, lá do alto, a vida humana. E disse que somos um mar de fogueirinhas.

— O mundo é isso — revelou —
Um montão de gente, um mar de fogueirinhas.

Cada pessoa brilha com luz própria entre todas as outras. Não existem duas fogueiras iguais. Existem fogueiras grandes e fogueiras pequenas e fogueiras de todas as cores. Existe gente de fogo sereno, que nem percebe o vento, e gente de fogo louco, que enche o ar de chispas. Alguns fogos, fogos bobos, não alumiam nem queimam; mas outros incendeiam a vida com tamanha vontade que é impossível olhar para eles sem pestanejar, e quem chegar perto pega fogo.

Eduardo Galeano, em *O Livro dos Abraços*.

alimentar e do fortalecimento de mecanismos de participação popular no Estado ou deve atender cada vez mais aos interesses do capital?

É interessante compreender que essa definição é muito importante para garantir à juventude rural permanecer no campo, produzindo e reproduzindo a vida. Mas, precisamos reafirmar que a construção de soberania alimentar e destes mecanismos de participação popular no Estado, que podemos entender como parte do aprofundamento da nossa democracia, dependem do protagonismo dos/as jovens rurais. Juventude que definimos como sendo do campo, da floresta e das águas, porque é a partir do território que definimos a nossa identidade política.

O desafio também existe em entender esse território. Como juventude do campo, da floresta e das águas, entendemos esse território como lugar de vida, onde vivemos, crescemos e construímos as nossas subjetividades. E este território está em disputa! Desde o modo de produzir até o nosso modo de pensar, uma vez que nossos territórios não estão isolados do mundo. Por isso, é muito importante compreender que estamos vivendo no mundo de forma holística, ou seja, de forma global.

Se definir o que é juventude rural não é uma tarefa fácil, imagine contextualizar o mundo em que esta juventude se encontra. Mas existem algumas questões que podem orientar essa contextualização: o modelo de agricultura do capitalismo, as mudanças climáticas, a profunda desigualdade social e os desafios da classe trabalhadora no mundo todo.



Vamos começar pelo modelo de agricultura do capitalismo. Quando a Ditadura Militar se instalou no Brasil houve duas questões muito importantes para traçar o modelo hegemônico que temos no campo brasileiro hoje.

Houve a chegada da Revolução Verde, como forma de “modernizar a agricultura”, isso fez com que fossem incorporadas tecnologias de corporações estrangeiras, mas sem alterar a alta concentração fundiária das mãos de poucos fazendeiros, que logo se tornariam empresários do agronegócio. Essas tecnologias foram inicialmente os agrotóxicos, produzidos pela indústria química que, com o fim da 2ª Guerra Mundial, precisava descartar, mas sem antes conseguir lucrar, e depois os



Hegemonia tem a ver com o poder das ideias dominantes. No Brasil, hoje, se você trabalha no campo, tem mais chances de conseguir financiamento do banco se for plantar soja com sementes transgênicas e agrotóxicos, do que se você plantar alimentos diversificados de base agroecológica, com sementes crioulas e biofertilizantes, por exemplo. Imagine se o modelo hegemonic do campo brasileiro fosse o da agroecologia? Por isso, dizemos que as práticas agroecológicas são contra hegemonic, porque ainda não é o que domina o campo brasileiro, mas é por isso que lutamos.

"No Brasil, dos dez agrotóxicos mais vendidos, cinco são proibidos na União Europeia. E um deles, que se chama atrazina, que é o quarto no ranking de vendas no Brasil, foi proibido na União Europeia, justamente, porque ele está dentro dessas substâncias consideradas extremamente tóxicas e ele está associado a diversos tipos de câncer, por exemplo, de ovário, próstata, tireoide, estômago, dentre outras", apresentou a pesquisadora para entrevista ao jornal Brasil de Fato, em fevereiro de 2025.



Organismos Geneticamente Modificados (OGMs). A segunda questão tem a ver com a comercialização desta produção, aí a abertura para o mercado financeiro internacional.

Assim, podemos dizer que, de lá até os dias de hoje, o sistema agroalimentar adotado só se fortaleceu. Esta é uma questão tão latente que a pesquisadora Larissa Bombardi a define como colonialismo químico, uma vez que os países desenvolvidos, principalmente os países da União Europeia, exportam produtos químicos, como os agrotóxicos, já proibidos de uso em seus territórios e altamente perigosos para o ambiente e para a saú-



de humana, para serem utilizados aqui. Hoje, o Brasil é o país que mais consome agrotóxicos no planeta.

Isso significa que a juventude do campo, da floresta e das águas tem um desafio enorme no enfrentamento às antigas estruturas agrárias. Aquela concentração de terras na mão de poucas famílias no período colonial segue vigente, agora com uma roupagem tecnológica e sob a influên-

cia de corporações superpoderosas. E isso acontece também com a comercialização de alimentos. Para satisfazer a fome do capital, transformam a comida em produtos ultraprocessados. 75% da oferta calórica global vêm de apenas seis produtos: milho, trigo, arroz, soja, batata e açúcar, transformados nos mais variados tipos de produtos. E isto ordena a produção e os investimentos públicos no



**Ser juventude do campo, da floresta
e das águas está diretamente ligado
à defesa dos biomas e à construção
de um novo modelo de sistema
agroalimentar.**



“As grandes corporações influenciam governos de caráter nacional e/ou multilateral, impondo padrão de desenvolvimento baseado na produção e consumo de alimentos e bens e serviços associados à tecnologia da informação e comunicação, transformando a América Latina e o Brasil em um grande fazendão.”

Documento Base do 14º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares da CONTAG.

Brasil: a soja ocupa 65% da superfície agrícola e consome 51% dos créditos oficiais.

MAS QUEM COMANDA TODA ESSA REGULAÇÃO DO SISTEMA AGROALIMENTAR HEGEMÔNICO?

“As três maiores gestoras de investimentos do mundo têm participação acionária relevante em 21 das 31 corporações que

comandam o sistema alimentar globalizado. Somadas, BlackRock, Vanguard Group e State Street Global Advisors têm as maiores fatias sobre 16 dessas empresas – entre elas, Coca-Cola, Pepsico, Tyson Foods (do setor de carnes) e Bunge (gigante do setor de grãos)”. A resposta é do portal O Joio e o Trigo, que realizou um levantamento em março de 2024 sobre como o capitalismo financeiro privilegia o monopólio para manter as taxas de lucro dos acionistas nas alturas, em detrimento da fome de mais de 2,33 bilhões de pessoas no mundo.

O poder das corporações do sistema alimentar e das tecnologias de informação impõe o modelo de desenvolvimento. E esse modelo de desenvolvimento está diretamente ligado com os eventos climáticos intensos que têm ocorrido no Brasil e no mundo de forma muito mais frequente. Aqui, mais da metade das áreas desmatadas estão em propriedades com mais de 100 hectares e, segundo o MAP Biomas, a agropecuária extensiva é responsável por 95,7% da supressão da vegetação nativa. O dado mais triste é de que 90,1% da área desmatada está na Amazônia e no Cerrado. Isso, sem contar que os conflitos agrários também se concentram nestes biomas.

Mudanças precisam acontecer em todos os biomas em que a juventude se encontra, seja na Amazônia ou no Cerrado, seja nos Pampas, na Mata Atlântica, no Pantanal ou na Caatinga. Precisamos fortalecer nossas práticas de agricultura familiar por meio da agroecologia e da economia solidária. Nossa luta precisa ser para que haja uma redistribuição





de renda no campo e para alterar o padrão de investimento da agricultura convencional. Uma vez que não é a falta de interesse que faz com que os/as jovens do campo migrem ou busquem outros empregos. No atual modelo, a juventude do campo, da floresta e das águas enfrenta poucas oportunidades acadêmicas, dificuldade de acesso à renda, dificuldades para acessar a terra, os meios de produção e créditos.

A desigualdade na distribuição de renda é um nó a ser desamarrado pela juventude. Segundo relatório da organização OXFAM Brasil, o 1% mais rico do Norte Global extraiu US\$ 30 milhões por hora do Sul Global em 2023. É uma riqueza construída a partir da destruição e expropriação de nossos territórios. A juventude do campo, da floresta e das águas tem um papel fundamental na mudança dessa situação. Ao se organizar e lutar por políticas públicas que promovam a sustentabilidade e a justiça social, os/as jovens podem contribuir para a construção de um futuro mais justo e sustentável para todos e todas.

A permanência da juventude no campo, na floresta e nas águas é central para o combate à fome e às consequências das mudanças climáticas, ambas causadas pelo modelo de produção. Por isso, é importante que façamos essas mudanças, desde as nossas práticas produtivas e formas de organização, até às nossas subjetividades. Transformar nossas subjetividades tem a ver, principalmente, com o nosso modo de ver a vida, resgatando os laços comunitários e reencontrando a relação simbiótica com a natureza. Não entendendo a natureza como uma mercadoria, mas como parte dela.



É imprescindível criarmos políticas estruturantes que possibilitem trabalho, renda e condições de permanecer e viver bem no campo, com dignidade e vida saudável, com condições para produzir alimentos, acesso à saúde, educação e cultura, mas também condições de inclusão digital e internet, possibilitando a geração de renda e melhoria na qualidade de vida.

E você sabe o que este sistema de produção mais teme? Quando a juventude se encontra! Durante o recente período de golpe e de governo da extrema direita no Brasil, os momentos em que a juventude rural mais se fortaleceu foi quando se encontrou. Sabe o por quê? Porque quando a juventude se encontra os sonhos são compartilhados, acentuamos laços afetivos e percebemos que temos muitas bandeiras em comum.

Quando nos encontramos fortalecemos o feminismo, voltamos para o nosso território com mais força para derrotar o patriarcado e o machismo, tão forte no campo brasileiro. Quando nos encontramos fortalecemos a luta antirracista, porque percebemos que a desigualdade aparece em toda a extensão do nosso país e tem raízes profundas na escravidão. Quando nos encontramos fortalecemos a luta indígena, quilombola e de mais povos e comunidades tradicionais, porque entendemos que é a partir da luta pelos nossos territórios e na defesa de um modo de vida em equilíbrio com a natureza é que iremos superar o modelo que aí está colocado. Quando nos encontramos fortalecemos a luta em defesa da vida, da diversidade, contra a LGBTfobia e pelo direito de todos e todas serem felizes.

Por isso, nossa tarefa é encontrarnos conosco mesmo compreendendo semelhanças e diferenças, possibilitando conhecer novas realidades. Temos muitas tarefas pela frente e muitos encontros. Precisamos fortalecer nosso



movimento sindical e potencializar as lutas populares, inclusive nas cidades.

Uma luta essencial deste momento é a luta por uma transição agroecológica na produção de alimentos e, por isso, precisamos nos preparar, estudar, praticar e desenvolver novas



habilidades. Lutar para que a assistência técnica seja universal no campo, para garantir a transição agroecológica e acesso à renda e trabalho para a juventude rural. Precisamos lutar para que haja uni-

**"Agricultura Familiar
Como podemos explicar
Fomos até a capital,
Em uma feira estadual
Cheio de produtos caseiros
Lembro até do cheiro
Da carne na banha,
Do suco de laranja
Do vinho e uma bebida estranha
De tantos produtos que vimos
Não consigo mensurar,
Mas uma coisa não posso negar,
Era tudo da agricultura familiar**

**Tudo isso podemos plantar?
Nessa indagação
Fomos conhecer um lugar
Cheio de agricultores,
Da agricultura familiar
Onde lá se estabeleceram,
Por programas do governo
E hoje com orgulho até almejam
Sucessão familiar
Para seus filhos poderem continuar
A sustentabilidade alimentar**

**Sabendo da nossa história,
Lutas e glória,
Existe ainda um porém
Um desafio árduo
Conquistar nossos espaços
Onde são tomadas as decisões
Por figurões, que trata por ocasião
A nossa agricultura familiar."**

Bruno, jovem rural do Paraná

dade em nosso campo político, com uma estratégia nítida e ações que acumulem forças para derrotar a extrema direita e fazer avançar a democracia com participação popular.

Um outro mundo é possível e é nossa tarefa construí-lo!

É no encontro, com todos os seus desafios e potências, que a juventude do campo, da floresta e das águas se reconhece e se fortalece.





2

NOSSA
HISTÓRIA
COMEÇA
MUITO
ANTES

UM PASSEIO PELA TRAJETÓRIA DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS E SUAS CONQUISTAS NO MOVIMENTO SINDICAL



Para entender a história da CONTAG e da organização sindical, é preciso voltar um pouco no tempo e olhar para como o Brasil foi ocupado. Desde o começo, a ocupação do nosso território deixou marcas profundas causadas por conflitos que ainda hoje impactam a vida no campo. Tudo isso tem a ver com a concentração de terras nas mãos de poucos, um processo que começou lá atrás, com a colonização portuguesa, e foi reforçado ao longo da história por leis como a Lei de Terras. Esse tipo de legislação sempre protegeu os latifundiários e aumentou a desigualdade.

Mas, a história não é só feita de injustiças! Ao longo do tempo, povos indígenas, quilombolas, camponeses e camponesas resistiram e continuam resistindo, enfrentando desigualdades e

**"Organizar a esperança,
Conduzir a tempestade
Romper os muros da noite,
Criar sem pedir licença
Um muro de liberdade."**

Pedro Tierra

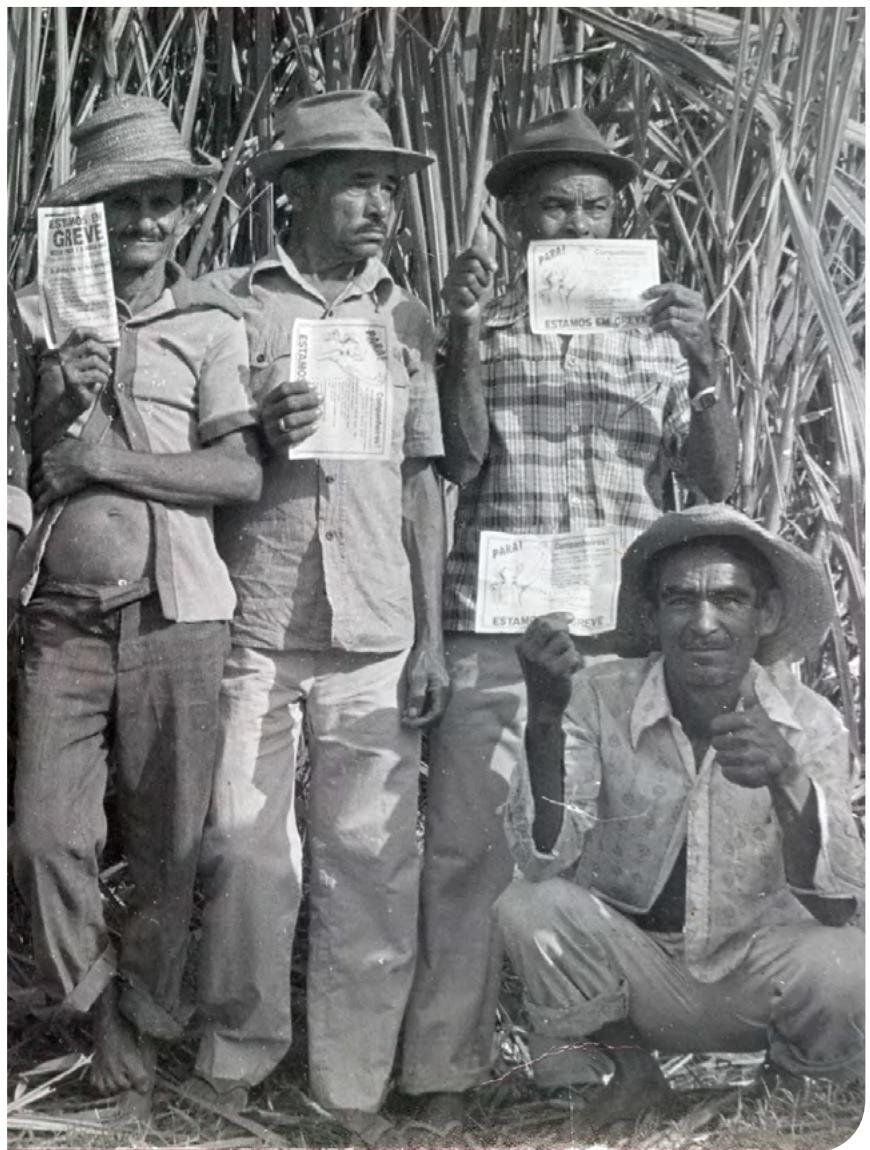
lutando por seus direitos. É uma história de força, de coragem, de união!

Se olharmos com atenção para a história das lutas organizadas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, chegamos na década de 1930. Foi aí que os camponeses e camponesas começaram a se unir em associações, ligas camponesas e sindicatos para enfrentar os donos de usinas, fazendeiros e latifundiários. Eles lutavam contra a expulsão das terras e os contratos abusivos, onde não tinham nenhum direito garantido.

E não foi só conversa! Essas organizações protagonizaram lutas históricas, como a de Porecatu, no Paraná (1950-1951), e a dos posseiros e arrendatários de Trombas e Formoso, em Goiás (1954-1957). Nessas batalhas, várias lideranças de base se destacaram, mostrando que juntos e juntas, o povo do campo é força e resistência.

Dessas ações de resistência começaram a surgir organizações parecidas com as que conhecemos hoje. Em Pernambuco, por exemplo, nasceu a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores, que liderou uma das lutas mais marcantes da época, no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão. Foi nessa região que as Ligas Camponesas ganharam força, criando uma resistência camponesa mais articulada, com objetivos políticos bem definidos.

A ideia inicial dessa Liga era resolver problemas do dia a dia dos lavradores e lavradoras: criar escolas para os filhos e filhas, garantir caixões para crianças (porque a mortalidade infantil era muito alta), comprar sementes, inseticidas e ferramentas agrícolas, além de buscar apoio do governo, como assistência téc-



NA LUTA PELO CAMPO:

As lideranças populares se destacaram enfrentando várias injustiças: o regime de meia (onde metade da produção ia para o dono da terra), a falta de regularização fundiária e os salários miseráveis.

CONTRATOS INJUSTOS? ERA REGRA!

A maioria dos contratos nem saía do papel – eram só “de boca” e sempre favoreciam os proprietários. E, como se não bastasse, ainda tinha o tal do “cambão”: a obrigação de trabalhar de graça dois ou até quatro dias por semana para o dono da terra



nica. Mas a iniciativa foi além – acabou desencadeando alguns dos maiores conflitos de terra no interior do Nordeste.

Outro exemplo forte é a Liga Camponesa de Sapé, que surgiu na Paraíba no final dos anos 1950. O objetivo? Conscientizar e organizar os camponeses e camponesas para que, juntos e juntas, pudessem enfrentar os abusos dos donos de terra. No começo, era uma associação benéfica, ajudando na defesa de direitos trabalhistas e oferecendo assistência jurídica, médica e educacional. Com o tempo, virou um símbolo de resistência, inspirando outras cidades do estado a criarem suas próprias Ligas para lutar por melhores condições de trabalho no campo.

Entre os nomes marcantes dessa luta estão Pedro Fazendeiro, João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira, verdadeiros exemplos de coragem e determinação na história do movimento camponês.

Outra frente de resistência importante foi construída pelos trabalhadores e trabalhadoras em três áreas principais: no campo, na Justiça e na Assembleia Legislativa. É aí que entra Francisco

Julião, o advogado e deputado estadual que teve um papel decisivo. Ele não só fortaleceu e espalhou as ideias das Ligas Camponesas, mas também usou sua atuação combativa no Legislativo estadual e em várias publicações para dar visibilidade à causa.

A batalha judicial pelo Engenho Galiléia, em Pernambuco, foi longa – durou 14 anos! Começou em 1945 e só terminou em 1959, com a desapropriação do engenho. Essa vitória foi um marco, não só para os camponeses e camponesas da região, mas para toda a luta pela reforma agrária. O Engenho Galiléia se tornou o primeiro núcleo das Ligas Camponesas, um verdadeiro símbolo do que os trabalhadores e trabalhadoras rurais queriam conquistar.

A partir daí, a luta camponesa ganhou um tom ainda mais politizado e organizado. Foi nesse clima de efervescência que, em 1954, nasceu a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab). Suas principais bandeiras eram: reforma agrária; garantia de propriedade plena para os posseiros; apoio à produção agrícola; combate a práticas de ex-



JOÃO PEDRO TEIXEIRA: O ROSTO DA RESISTÊNCIA CAMPONESA
João Pedro Teixeira foi um líder camponês paraibano que marcou a história na luta pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Ele estava à frente da Liga Camponesa de Sapé e, com coragem, enfrentou os grandes proprietários de terra que exploravam o povo. Mesmo ameaçado, nunca desistiu de organizar o movimento e lutar por uma vida mais digna no campo. Sua luta foi interrompida em 1962, quando foi assassinado, mas seu legado continua vivo como exemplo de resistência.

ELIZABETH TEIXEIRA: FORÇA, CORAGEM E INSPIRAÇÃO

Elizabeth Teixeira é um símbolo de força e determinação.

Depois da morte de João, ela assumiu a liderança da Liga Camponesa de Sapé e continuou a luta pelos direitos do povo do campo. Perseguida pela ditadura militar, precisou viver escondida por muitos anos, mas nunca deixou de acreditar na organização e na união dos camponeses e camponesas. Hoje, é lembrada como uma mulher inspiradora que desafiou o medo e defendeu a justiça.



FRANCISCO JULIÃO: O ADVOGADO DO Povo DO CAMPO

Francisco Julião foi um advogado e político pernambucano que dedicou sua vida a apoiar os camponeses e camponesas. Ele foi um dos fundadores das Ligas Camponesas, ajudando a organizar a resistência contra a concentração de terras e a exploração no campo. Julião acreditava na força da união e na organização política para transformar a realidade das famílias rurais. Apesar do exílio durante a ditadura, sua contribuição foi crucial para fortalecer o movimento camponês no Brasil.

ploração como o “cambão” e a “meia”; e o estímulo à criação de sindicatos de trabalhadores rurais.

Nesse processo de luta e organização, outras iniciativas surgiram, como o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), no sul do País. Com o crescimento dessas organizações, a necessidade de articular uma rede nacional ficou clara – era preciso unir forças para representar os interesses e demandas do campo em todo o Brasil.

Não dá pra esquecer que a crescente politização

da sociedade, impulsionada também pelas lutas dos/as operários/as urbanos/as, teve um impacto direto no campo. Essa influência ajudou os trabalhadores e as trabalhadoras rurais a se organizarem melhor e a fortalecerem sua luta por direitos e justiça.

Foi desse caldeirão de lutas e ideias que começaram a surgir organizações parecidas com as que conhecemos hoje. Um marco importante aconteceu no Engenho Galiléia, lá em Pernambuco, com a criação da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores.

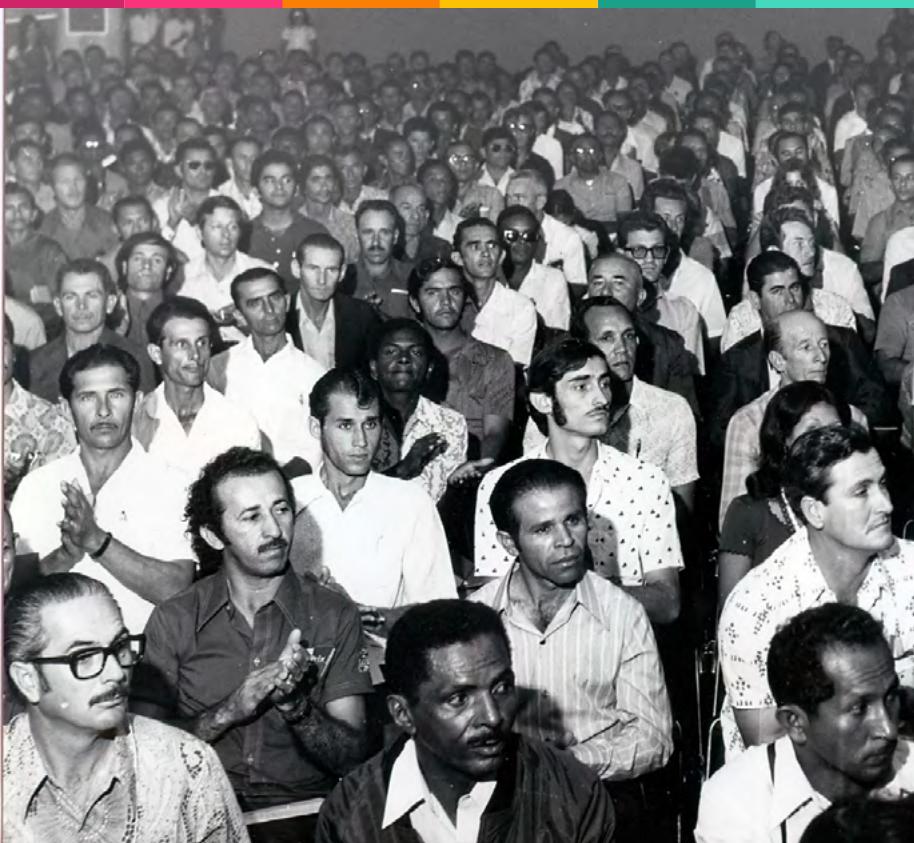
HINO DO CAMPONÊS

Companheiros, irmãos de sofrimento,
Nosso canto de dor sobe da terra
É a semente fecunda que o vento
Espalha pelo campo e pela serra
A bandeira que adoramos
Não pode ser manchada
Com o sangue de uma raça
Presa ao cabo da enxada
Não queremos viver na escravidão
Nem deixar o campo onde nascemos
Pela terra, pela raiz pelo pão
Companheiros, unidos, venceremos
...

Hoje somos milhões de oprimidos
Sob o peso terrível do cambão
Lutando nós seremos redimidos
A REFORMA AGRÁRIA é a salvação
...

Nossas mãos têm calos de verdade
Atestando o trabalho honrado e duro
Nossas mãos procuram a liberdade
E a glória do Brasil para o futuro

Francisco Julião



Foi uma das maiores batalhas da época, onde camponeses e camponesas enfrentaram usineiros e latifundiários para garantir o básico: terra, dignidade e direitos. E sabe o que é incrível? Essa luta deu origem às Ligas Camponesas, que se espalharam pelo Nordeste e além, unindo os trabalhadores/as do campo em uma resistência sem igual.

O trabalho das Ligas Camponesas e de outras organizações como o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), a Ação Popular (AP), e várias federações estaduais acelerou a organização dos sindicatos de trabalhadores rurais. Mas, como em toda história de luta, nada foi fácil. Setores conservadores da Igreja Católica, preocupados com o “avanço do comunismo”, tentaram barrar o crescimento dessas iniciativas. Do outro lado, as organizações de esquerda buscavam formas de união e estratégias para fortalecer as bandeiras de luta.

Foi nesse contexto que, em 1961, aconteceu o 1º Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, também chamado de “Congresso de Belo Horizonte”, liderado pela Ultab. O evento foi um marco na organização da luta pela reforma agrária, acesso aos direitos previdenciários e estratégias conjuntas no campo. Outro momento importante veio logo em 1963, com a 1ª Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais, em Natal/RN, reunindo cerca de 400 líderes de 17 estados.



E olha só como essa história tem tudo a ver com união e força coletiva: entre 1961 e 1963, diversas federações estaduais foram criadas e ajudaram a consolidar a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), fundada oficialmente em 20 de dezembro de 1963. Representando 475 sindicatos de 18 estados, a CONTAG foi reconhecida legalmente no início de 1964, tornando-se a primeira entidade sindical campesina de alcance nacional.

Mas, como sempre, os poderosos não ficaram quietos. A CONTAG nasceu em um momento de efervescência política, com o governo de João Goulart tentando avançar nas reformas de base, incluindo a reforma agrária. Isso irritou setores conservadores como os latifundiários, empresários e militares, que deram o golpe em 1964, derrubando Jango e instaurando a ditadura militar.

Logo no início desse período, a CONTAG foi alvo de intervenção: lide-

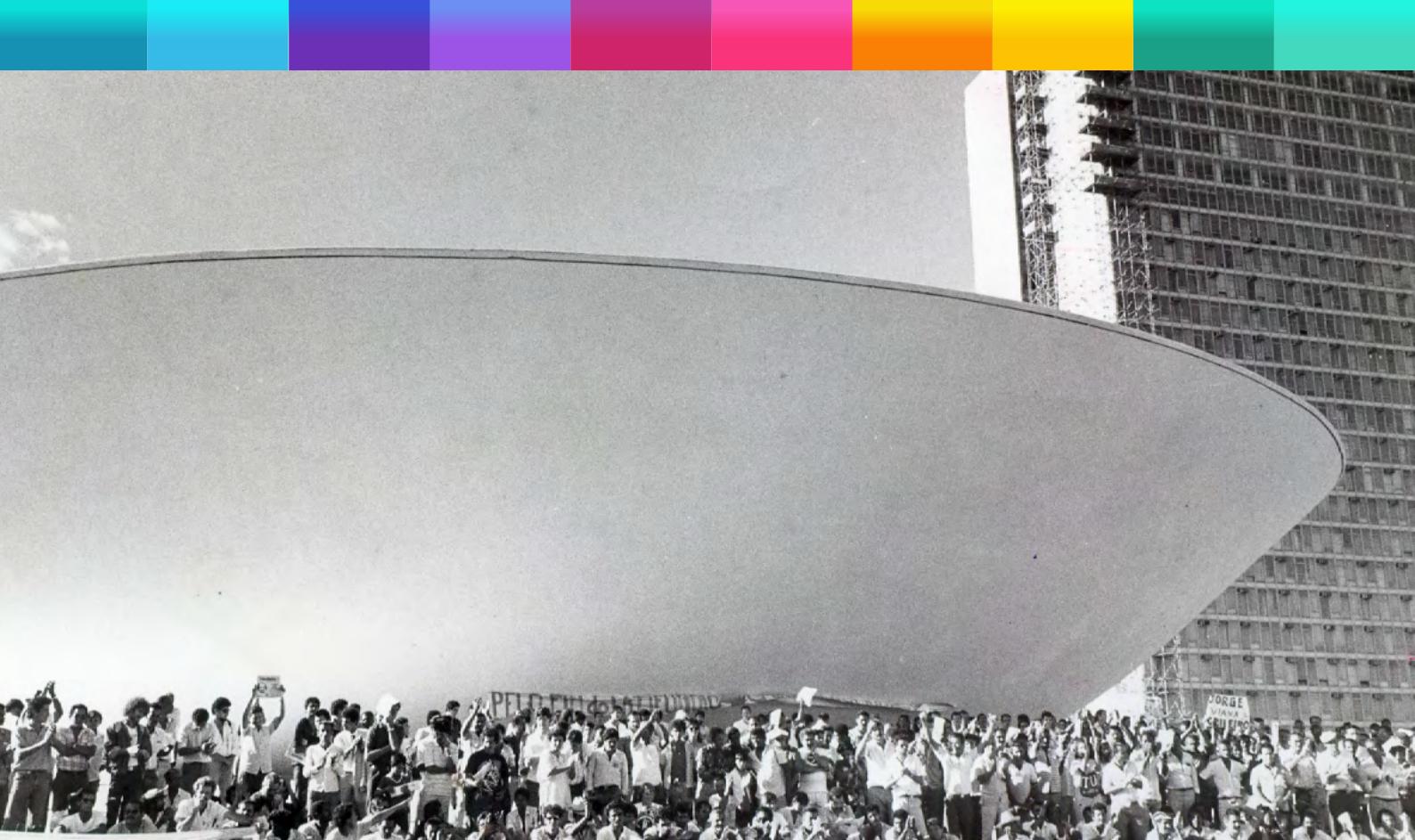
ranças como Lyndolpho Silva foram presas, assim como muitos outros/as militantes que lutavam pelos direitos do campo. A ditadura tentou silenciar a luta camponesa, mas a força da organização se manteve. Sob rígido controle militar, as federações foram unificadas em 11, criando o modelo de Federações Estaduais dos Trabalhadores na Agricultura que permanece até hoje.

Essa história é a prova viva de que a luta organizada faz diferença. Apesar dos desafios e repressões, os trabalhadores e trabalhadoras do campo nunca desistiram de lutar por direitos, dignidade e uma vida melhor para quem vive da terra. Essa força continua pulsando em cada Sindicato, Federação e na CONTAG.

Naqueles tempos, a CONTAG estava sob a Presidência de José Rotta, que contava com o apoio do Ministério do Trabalho. Em 1966, ele convocou um Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em São Paulo. Ali, ficou nítido que a CONTAG estava dividida em dois grupos: um ligado ao governo militar e outro mais ligado aos trabalhadores e trabalhadoras do campo, que estavam cansados/as do modelo de desenvolvimento imposto pelos militares e criticavam a gestão de Rotta.

Em 1967, a disputa interna esquentou. Por apenas um voto de diferença, a chapa de José Francisco da Silva derrotou José Rotta. Mas, mesmo com essa vitória, a divisão dentro da CONTAG era evidente. A preocupação agora era unir a categoria em torno de um objetivo comum. Esse processo resultou na criação do Plano de Integração Nacional (PIN), que se baseava na luta pela reforma agrária, na formação de novas lideranças, na criação de sindicatos e na organização dos assalariados rurais para garantir os direitos trabalhistas. Durante os “anos duros” da ditadura, especialmente em 1968 e 1969, os dirigentes do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (MSTR) avançaram na organização e politização da categoria.

A década de 1970 foi marcada pela abertura política no Brasil, que se estendeu até 1985, em um momento de grave crise econômica, com a inflação disparando e o preço do petróleo nas alturas. No meio disso tudo, o Brasil viu o nascimento de um movimento poderoso: o “Diretas Já”. Esse movimento, que contou com a participação da CONTAG, intelectuais, artistas,



igrejas e partidos políticos, pedia a redemocratização do País e o direito do povo de escolher seus governantes.

Mas o Congresso, controlado pelos militares, não permitiu as eleições diretas. Em vez disso, foi realizada uma eleição indireta e, surpreendentemente, Tancredo Neves foi escolhido presidente. Porém, em um golpe do destino, Tancredo faleceu em 21 de abril de 1985, sem chegar a assumir o cargo. Quem assumiu a Presidência foi o vice, José Sarney, que foi o responsável por comandar a transição para a democracia no Brasil.

As décadas de 1970 e 1980 foram um período de grandes transformações, marcadas pelo nascimento de novas formas de organização, identidade e resistência. No cenário sindical e rural, esse momento se destacou pela criação de organizações que seriam fundamentais na luta por justiça e igualdade no Brasil.

Em 1975, surgiu a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que se tornou uma voz importante para a defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, enfrentando a violência e as injustiças no campo. Já em 1983, duas grandes iniciativas tomaram força: a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que uniu di-

versas categorias de trabalhadores e trabalhadoras em um movimento forte e combativo por direitos e condições dignas, e a Pastoral da Juventude Rural (PJR), que focava na formação e organização de jovens do campo para a construção de um futuro mais justo.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em 1984, foi outra grande conquista desse período, lutando pela reforma agrária e desafiando as estruturas de poder que concentravam as terras nas mãos de poucos. Já o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), criado em 1985, levantou a bandeira dos direitos das comunidades impactadas pelas grandes obras de infraestrutura, como barragens e hidrelétricas.

Esses movimentos não só deram voz aos oprimidos e oprimidas, mas também criaram novas formas de luta e resistência que até hoje inspiram gerações. Cada uma dessas organizações ajudou a construir uma história de resistência, com bandeiras que continuam a ecoar nas lutas sociais atuais.

Nos anos 1980, outro marco importante foi o fortalecimento das organizações de mulheres dentro da CONTAG. Essas mulheres, que sempre estiveram



à frente das lutas do campo, passaram a se organizar de forma mais estruturada, unindo forças para enfrentar as diversas formas de opressão e desigualdade que ainda existiam. O trabalho das mulheres rurais começou a ser reconhecido com mais força, e surgiram iniciativas desenvolvidas pela CONTAG para reivindicar direitos, conquistar melhores condições de vida e trabalho, e fortalecer o protagonismo feminino nas decisões políticas e sociais do campo.

A luta das assalariadas e assalariados rurais também se intensificou nesse período, com demandas por melhores salários, reforma agrária e direitos trabalhistas. A previdência social, que até então era um privilégio para poucos, passou a ser uma bandeira importante, garantindo que trabalhadores e trabalha-

doras rurais tivessem acesso a direitos básicos como aposentadoria e benefícios previdenciários.

A questão do trabalho infantil e escravo também esteve no centro das lutas, com movimentos e organizações pressionando para garantir que as crianças e adolescentes no campo não fossem forçados a trabalhar em condições desumanas, mas sim a estudar e se preparar para um futuro melhor. A política agrícola se tornou outro ponto de contestação, com os trabalhadores e trabalhadoras rurais questionando as políticas públicas que favoreciam grandes latifúndios e os grandes produtores, enquanto as pequenas propriedades e os camponeses ficavam à margem. Essas lutas foram essenciais para transformar o campo brasileiro e melhorar as condições de vida das famílias rurais.



CONTAG: A FORÇA QUE UNE OS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO CAMPO NA LUTA POR DIREITOS E DIGNIDADE

Adécada de 1980 foi um marco na luta das mulheres trabalhadoras rurais, que se engajaram de forma cada vez mais visível e ativa no movimento sindical. Durante esse período, as mulheres começaram a questionar as barreiras impostas pela sociedade patriarcal e a buscar a construção de um espaço próprio dentro das estruturas sindicais. No passado, as mulheres estavam relegadas a uma posição invisível, muitas vezes sendo tratadas como dependentes dos homens da família e sem o reconhecimento de seu trabalho. A reivindicação pelo direito à sindicalização e pelo reconhecimento de seu trabalho rural foi um passo fundamental para garantir a elas visibilidade e autonomia.

Uma das grandes vitórias alcançadas pelas mulheres foi a conquista do direito à Previdência Social, que até então era restrito e muitas vezes negado. No 4º Congresso Nacional da CONTAG (1985), as mulheres trouxeram à tona a pauta de seus direitos, e a "Moção de apoio à Luta

**"Colhe dos velhos
plantadores que sabem
com jeito e experiência,
Debulhar as espigas do
passado e dar vida aos
cereais da vivência."**

Cora Coralina

da Mulher Trabalhadora Rural" representou um avanço significativo. Ela não só reconheceu as mulheres como trabalhadoras rurais, mas também foi um ponto de partida para a busca por políticas públicas que assegurassem benefícios essenciais, como licença maternidade remunerada, aposentadoria e outros direitos previdenciários, que até então eram praticamente inexistentes para elas.

A luta das mulheres no campo não se limitou a uma reivindicação de direitos. Ao longo das últimas três décadas, elas conquistaram espaços de poder dentro dos próprios Sindicatos e Federações, fun-



dando a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e garantindo a criação das Comissões Estaduais e Municipais em todo o País. Além disso, a implementação de uma cota mínima de 30% de participação feminina nas estruturas sindicais e a recente aprovação da paridade de gênero representam marcos históricos. A Marcha das Margaridas, um dos maiores símbolos dessa luta, se tornou uma ação de destaque, reunindo milhares de mulheres e reafirmando a força política das trabalhadoras rurais. Com essas conquistas, as mulheres não só ampliaram sua presença nas esferas políticas, mas também contribuíram para o fortalecimento de uma agenda de justiça social e igualdade.

Ao longo das décadas, a CONTAG tem desempenhado um papel fundamental na ampliação das pautas de luta, abordando questões que vão além das demandas tradicionais do movimento sindical. A diversidade de identidades, gêneros, etnias, gerações e sexualidades tem se tornado uma questão central nas discussões dentro do movimento sindical rural. Temas como racismo estrutural, a luta pelo reconhecimento dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+, o feminismo e a identidade de gênero passaram a ser incorporados nas formações político-sindicais, nos espaços de debates como o Festival Nacional da Juventude Rural e a Marcha das Margaridas. Estes são espaços de encontro e reflexão para entender como essas questões afetam o cotidiano de quem vive da agricultura familiar e das populações do campo, floresta e águas.

A atuação da CONTAG ao longo dos anos se consolidou na defesa da pluralidade de

“A memória vem e salva, a memória vem e guarda, Guarda o cheiro da minha terra, a música do meu povo, a certeza de hoje e sempre que ninguém vai nos tirar.”

Milton Nascimento

sujeitos que fazem parte do movimento sindical. A organização tem sido protagonista na construção de um movimento que reconhece e valoriza as diferenças, incentivando a auto-organização de mulheres, jovens, pessoas idosas e LGBTQIAPN+. Isso não apenas fortalece o movimento sindical, mas também contribui para o processo de inclusão e visibilidade de todos os grupos sociais que, por muito tempo, foram marginalizados ou invisibilizados nas esferas políticas e sindicais.

Essas conquistas se somam a um legado de lutas que, ao longo de seis décadas de atuação, transformaram significativamente a vida no campo. A CONTAG tem sido responsável por pautar questões essenciais como a reforma agrária, melhores condições de trabalho e políticas públicas para o meio rural, mas também tem ampliado a sua visão de justiça social, incluindo a diversidade que compõe o campo brasileiro. A luta por direitos de gênero, raça e sexualidade não é apenas um reflexo das necessidades dessa sociedade, mas uma afirmação de um novo sindicalismo, mais inclusivo, mais representativo e mais adaptado à complexidade das identidades no Brasil.

CONGRESSOS E LUTAS: AVANÇOS E DESAFIOS NA ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS



Durante seis décadas, a CONTAG, juntamente com as Federações e Sindicatos filiados, promoveu 13 Congressos Nacionais, sendo o 14º em 2025, momentos decisivos para o fortalecimento do movimento sindical rural. Os Congressos têm um papel político essencial, pois são espaços para debater e deliberar sobre os grandes desafios que o movimento enfrenta, além de definir os rumos das ações políticas e sindicais no País.

Um marco importante foi o 4º Congresso da CONTAG, quando as mulheres, após anos de invisibilidade, conseguiram que fosse aprovada uma moção pelo reconhecimento da trabalhadora rural e pelo direito à sindicalização, independentemente do

vínculo com o marido, pai ou irmão. Durante esse congresso, também foi conquistada a cota mínima de 30% de mulheres nos cargos diretivos do movimento sindical, ampliando sua participação política. A paridade de gênero foi formalmente garantida em 2013, no 11º Congresso, como um passo decisivo para a igualdade nas instâncias decisórias.

Outro avanço relevante ocorreu no 9º Congresso da CONTAG, quando a juventude rural conquistou uma cota de, no mínimo, 20% nos cargos diretivos, além da criação da Secretaria de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, ampliando a representação juvenil no movimento.

Já no 10º Congresso, a presença das pessoas idosas no Movimento Sindical foi fortalecida



com a criação da Secretaria de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Terceira Idade. Além disso, também foi criada a Secretaria de Meio Ambiente, reconhecendo a importância da pauta ambiental para o Brasil e o mundo.

Todas essas ações sindicais são antecedidas por processos de mobilização envolvendo comunidades rurais, municípios e estados, construindo um amplo

espaço de debate e de construção coletiva. Esses espaços coletivos amplos têm sido fundamentais para fortalecer o movimento sindical rural, ampliando a representatividade e o reconhecimento de diversas categorias de trabalhadores e trabalhadoras.

Cada conquista reflete o esforço contínuo de garantir direitos e visibilidade para os sujeitos do campo, da floresta e das águas.

A FORÇA DAS MOBILIZAÇÕES DO MOVIMENTO SINDICAL: CONQUISTA E RESISTÊNCIA

GRITO DA TERRA BRASIL: A FORÇA DA MOBILIZAÇÃO DA CATEGORIA TRABALHADORA RURAL

O Grito da Terra Brasil é uma ação político-sindical de proposição, pressão, negociação e conquista de políticas públicas, realizado pela CONTAG, Federações e Sindicatos filiados. O 1º Grito da Terra Brasil foi realizado em 1994, em parceria com alguns movimentos sociais. Desde então, anualmente, é entregue uma pauta de reivindicações e são várias as conquistas alcançadas para os povos do campo, da floresta e das águas e que também impactam positivamente toda a sociedade brasileira, como:

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); Reforma Agrária; Crédito Fundiário; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae); Habitação Rural; Educação do Campo, e tantas outras.



MARCHA DAS MARGARIDAS: A LUTA FEMININA NO CAMPO

A Marcha das Margaridas é uma ação estratégica conduzida e protagonizada por mulheres trabalhadoras rurais do campo, da floresta e das águas com a finalidade de construir visibilidade pública e conquistar reconhecimento social e político. É coordenada pela CONTAG, suas 27 Federações e Sindicatos filiados, e por 16 organizações parceiras. Desde o seu surgimento, no ano 2000, a Marcha das Margaridas tem demonstrado uma grande capacidade de mobilização, tornando-se uma referência nacional de organização e luta das mulheres trabalhadoras rurais, sendo, hoje, amplamente reconhecida como a maior e mais efetiva

ação das mulheres no Brasil e em toda a América Latina. A Marcha tem como força inspiradora a luta de Margarida Maria Alves, mulher trabalhadora rural nordestina e líder sindical. Ocupou, por 12 anos, a Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande/PB. Lutava pela reforma agrária, por educação, igualdade e direitos trabalhistas para trabalhadoras/es rurais. Foi assassinada na porta da sua casa, em 12 de agosto de 1983. Seu nome se tornou símbolo nacional de força e coragem cultivado por mulheres e homens do campo, da floresta e das águas. A Marcha das Margaridas é realizada a cada quatro anos, no mês de agosto, reunindo milhares de mu-



lheres de todos os cantos do País em Brasília, num clamor por justiça, igualdade e paz no campo e na cidade. Já foram realizadas sete Marchas.



PLENÁRIAS - TERCEIRA IDADE, MULHERES E JUVENTUDE

Essas três Plenárias acontecem separadamente e são espaços de muito debate, reflexões e construção de estratégias de ações político-sindicais para serem encaminhadas às plenárias preparatórias ao Congresso da CONTAG, que acontecem nos estados. São momentos fundamentais de fortalecimento desses sujeitos dentro do MSTTR.

FESTIVAL DA JUVENTUDE: FORMAÇÃO E PROTAGONISMO JOVEM NO CAMPO

O Festival Nacional da Juventude Rural é uma grande ação de formação, mobilização e articulação política da juventude rural promovido pela CONTAG, Federações e Sindicatos e coordenado pela Secretaria Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Acontece sempre em Brasília/DF e já foram realizados quatro festivais, sendo o último em 2023, com a participação de cerca de 5.000 jovens do campo, da floresta e das águas de todos os estados do Brasil. Um importante objetivo do Festival Nacional da Juventude Rural é apresentar e negociar com o Governo Federal uma pauta política apontando as principais demandas da juventude para a busca da sucessão



rural com bem viver. A cada edição, a ação contribui para a inserção dos jovens nas pautas do movimento sindical e no processo de construção de um campo mais justo, sustentável e inclusivo. E a sua realização é antecedida por processos comunitários, municipais e estaduais de debate em torno de temas fundamentais para a juventude rural.

PROGRAMA JOVEM SABER: FORMAÇÃO E EMPODERAMENTO DA JUVENTUDE RURAL

O Programa Jovem Saber é uma iniciativa da CONTAG, criado em 2004, com o objetivo de proporcionar formação política, social e profissional para os jovens trabalhadores e trabalhadoras rurais. O programa atende, anualmente, milhares de jovens de diferentes regiões do Brasil, com foco na ampliação das suas capacidades de liderança, no fortalecimento do protagonismo juvenil no movimento sindical e no acesso a oportunidades de qualificação profissional. Além disso, o programa busca garantir que a juventude rural tenha voz ativa nas decisões políticas que impactam o campo, fortalecendo sua participação nas lutas por direitos e políticas públicas. Com uma média de 3 mil jovens participantes por ano, o Jovem Saber é um espaço essencial para contribuir para que os/as jovens consigam enfrentar os desafios



colocados nos seus territórios, oferecendo desde cursos de formação em áreas como agricultura familiar, saúde, educação e direitos humanos, até a realização de encontros e seminários para promover o debate sobre os principais temas que afetam a juventude rural. O programa contribui para o empoderamento da juventude rural, preparando-os para ocupar posições de liderança e continuar a luta por um Brasil mais igualitário.

PARCERIAS: FORTALECENDO A LUTA E A MOBILIZAÇÃO NO CAMPO BRASILEIRO



ACONTAG, ao longo de seus 60 anos de trajetória, tem consolidado parcerias estratégicas que ampliam seu alcance e fortalecem sua atuação em prol dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Juntamente com outras entidades de países membros do Mercosul, a Confederação é fundadora e filiada à Confederação de Organizações dos Produtores Familiares Rurais do Mercosul Ampliado (Coprofam), ampliando seu protagonismo no cenário internacional. Além disso, a CONTAG é filiada à União Internacional de Trabalhadores da Alimentação, Agricultura, Indústrias e Afins (Uiata), ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e ao Conselho de Educação Popular da América Latina e do Caribe (Ceaal), aliados que fortalecem a construção de políticas públicas de interesse dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares.

Essas parcerias, tanto no âmbito nacional quanto internacional, permitem à CONTAG atuar de maneira articulada, coordenando ações, acompanhando políticas públicas e defendendo direitos fundamentais junto a governos, organizações da sociedade civil e instituições internacionais. A representação de mais de 15 milhões de trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, espalhados por 3,9 milhões de estabelecimentos rurais no Brasil, torna a CONTAG uma protagonista no debate sobre o desenvolvimento rural sustentável e solidário e a justiça social.

A cada década, a CONTAG reafirma seu compromisso histórico com a democracia, a defesa dos direitos e a busca por justiça social, garantindo que os povos do campo, da floresta e das águas continuem a ter voz ativa nas decisões que impactam suas vidas e suas comunidades. Esse compromisso está em constante renovação, com a busca por parcerias que ampliem e fortaleçam sua luta.



O PADRSS E O PAPEL TRANSFORMADOR DA JUVENTUDE RURAL: CONSTRUINDO UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO

O atual modelo agrícola dominante, fundamentado em monoculturas, latifúndios e *commodities*, tem imposto graves impactos à agricultura familiar no Brasil. A luta pela justiça na distribuição de recursos públicos, que privilegiam o modelo hegemônico, tornou cada vez mais urgente a necessidade de um novo projeto que promova o bem viver para os povos do

campo, da floresta e das águas. Este modelo é responsável por grande parte da produção de alimentos que chegam às mesas dos brasileiros e brasileiras, e, por isso, precisa ser reconhecido e fortalecido.

Foi diante desse cenário que o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) criou um projeto alternativo de desen-

O QUE É O PADRSS DA CONTAG?

O Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS) da CONTAG é uma proposta estratégica que busca transformar o atual modelo de desenvolvimento rural no Brasil, caracterizado pelo domínio das grandes monoculturas e latifúndios. Surgido a partir das deliberações do 6º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, o PADRSS se propõe a ser uma alternativa que respeita as realidades regionais e ambientais, promovendo a justiça social e a inclusão dos povos do campo, da floresta e das águas.

Focado na valorização da agricultura familiar, na reforma agrária, na implementação de políticas públicas para o campo e no fortalecimento da agroecologia, tem o objetivo de garantir soberania e segurança alimentar tanto para as áreas urbanas quanto rurais. Tem como princípio fundamental a solidariedade entre o campo e a cidade, buscando estabelecer relações de cooperação que permitam o desenvolvimento equitati-

vo e sustentável de todas as regiões do Brasil. De forma dinâmica e em constante atualização, fundamentado no protagonismo dos sujeitos do campo e nas suas organizações próprias, sendo construído com base em debates realizados nas bases do movimento sindical e nas grandes mobilizações, como o Grito da Terra Brasil, a Marcha das Margaridas e o Festival da Juventude Rural. Este projeto se adapta às demandas e realidades locais, defendendo a emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e a superação das desigualdades estruturais que ainda persistem no campo.

Assim, o PADRSS é mais que um modelo de desenvolvimento; é uma construção coletiva que visa um futuro mais justo, solidário e sustentável para todos os brasileiros e brasileiras, com destaque para a permanência das populações rurais na terra, garantindo a produção de alimentos saudáveis e o fortalecimento das culturas e saberes tradicionais.

volvimento, que visa atender às necessidades da agricultura familiar. Esse modelo foca na reforma agrária, na implementação de políticas públicas voltadas para o campo, na valorização da agroecologia e na garantia da soberania e segurança alimentar, tanto para a cidade quanto para o campo. O Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS) surge a partir do 6º Congresso Nacional da CONTAG, com o objetivo de desafiar o modelo dominante, levando em consideração as realidades regionais, ambientais e sociais do Brasil.

O PADRSS não é um conceito estático, mas um processo dinâmico que se atualiza constantemente, respeitando as demandas dos sujeitos do campo, da floresta e das águas, suas organizações e saberes. Em sua construção, o termo “solidariedade” se destaca como um princípio essencial para fortalecer as relações entre o campo e a cidade, promovendo um desenvolvimento que favoreça a cooperação e a igualdade.

A juventude rural tem um papel central nesse processo, sendo protagonista na construção de uma nova realidade no campo. O trabalho da juventude é crucial para consolidar o PADRSS, pois suas inovações, projetos de vida e autonomia contribuem para o fortalecimento do movimento sindical e a revitalização das tradições e culturas do campo.

Ao abraçar o PADRSS, a juventude rural não só garante sua permanência no campo, mas também fortalece a luta pela produção de alimentos saudáveis e pela

construção de um futuro mais justo e sustentável para todas as pessoas.

A cada década, a CONTAG reafirma seu compromisso histórico com a democracia, a defesa dos direitos e a busca por justiça social, garantindo que os povos do campo, da floresta e das águas continuem a ter voz ativa nas decisões que impactam suas vidas e suas comunidades. Esse compromisso está em constante renovação, com a busca por parcerias que ampliem e fortaleçam sua luta.

**“Sem perceber
A semente se transforma em árvore
A lagarta vira borboleta
E o vento vai contando a história...”**

...
**“Sem perceber
As pessoas vão ficando próximas
Os chinelos vão ficando gastos
E as pedras vão contando a história”**

...
**“Sem perceber
Os amigos vão ficando velhos
O sorriso vai ficando largo
E a gente muda de dentro pra fora”**

Eduardo Bologna / Paula Santisteban

O PODER DO SINDICATO: NOSSA HISTÓRIA, NOSSA FORÇA PARA O FUTURO



Conhecer a história do movimento sindical é um poderoso combustível para as lutas que enfrentamos no presente! Ao entender que o sindicato que está aí ao seu lado tem uma trajetória de resistência e conquistas, percebemos o quanto essa entidade é crucial na defesa dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais. As vitórias que celebramos hoje são resultado de muita luta coletiva e de um esforço contínuo pela justiça social no campo.

Olhar para as lutas sindicais passadas e presentes nos ajuda a compreender a importância do sindicato na nossa realidade. Ele não é apenas um lugar de representação, mas também o representante político e legal dos trabalhadores e trabalhadoras rurais agricultores e agricultoras familiares. O sindicato é, sem dúvida, um dos principais canais de participação política, sendo fundamental na construção de políticas públicas, na mobilização e nas lutas que visam melhorar a qualidade de vida das famílias e das comunidades rurais.



**"A voz da minha filha
Recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem - o hoje - o agora.
Na voz da minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade."**

Conceição Evaristo

E o que podemos destacar como as grandes conquistas obtidas por meio desse movimento sindical? As ações, programas e políticas públicas que ganharam vida graças às demandas propostas pelo Sistema Confederativo CONTAG (STTRs, FETAGs e CONTAG) refletem o protagonismo dos povos do campo, da floresta e das águas.

Políticas e programas como:

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);
- Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326-2006);
- Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF);
- Selo Arte;
- Proagro Mais;
- Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater);
- Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR);
- Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Floresta e Águas;
- Assentamentos de milhares de famílias pelo Incra;

- Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF);
- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae);
- Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo);
- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Campo);
- Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo)
- Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR);
- Unidades móveis de combate à violência contra as mulheres;
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti);
- Programa Luz para Todos;
- Programa Água para Todos.

Estas conquistas têm sido vitais para a promoção de um desenvolvimento mais justo e sustentável para as populações rurais. Essas políticas, muitas vezes originadas e defendidas pelos Sindicatos, pe-





las Federações e pela CONTAG, garantem não só o acesso a créditos, mas também a estrutura necessária para a agricultura familiar prosperar, além de assegurar a alimentação básica para milhões de brasileiros e brasileiras, fortalecendo a segurança alimentar e a autonomia no meio rural.

Mas, afinal, qual a relação do Sindicato com a CONTAG? Os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais fazem parte do Sistema Confederativo. De forma unificada, STTRs, FETAGs e CONTAG ampliam o poder de ação e de luta, e garantem que os direitos e interesses dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares sejam defendidos de forma organizada e eficaz.

Sob os princípios da ética, da democracia e da transparência, o Sindicato tem como missão promover ações políticas estratégicas, levar à base formação e informação de qualidade, e atuar nas diversas esferas para atender às necessidades da classe trabalhadora rural. Ele é o braço da luta por demandas históricas, como a reforma agrária, a preservação

ambiental, e uma política agrícola justa e diferenciada, além de outras pautas essenciais, como saúde, educação do campo, previdência, moradia, saneamento, cultura e lazer.

Mas, o trabalho do Sindicato vai além das grandes bandeiras de luta! Ele também exerce funções práticas, garantindo a assistência e serviços que são fundamentais para o dia a dia do trabalhador rural agricultor e agricultora familiar, como o auxílio na organização de documentos para o Cadastro da Agricultura Familiar (CAF), o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e também para a Previdência Social (como aposentadoria rural, licença-maternidade, auxílio-doença, entre outros).

Portanto, o Sindicato é uma ferramenta imprescindível para a luta e para a garantia dos direitos, tanto no âmbito social quanto nas questões cotidianas que impactam diretamente a vida no campo, na floresta e nas águas. Juntos/as somos mais fortes e seguimos avançando nas conquistas!



**“NO MOMENTO EM QUE ESCOLHEMOS
AMAR, COMEÇAMOS A NOS MOVER CONTRA
A DOMINAÇÃO, CONTRA A OPRESSÃO.”**

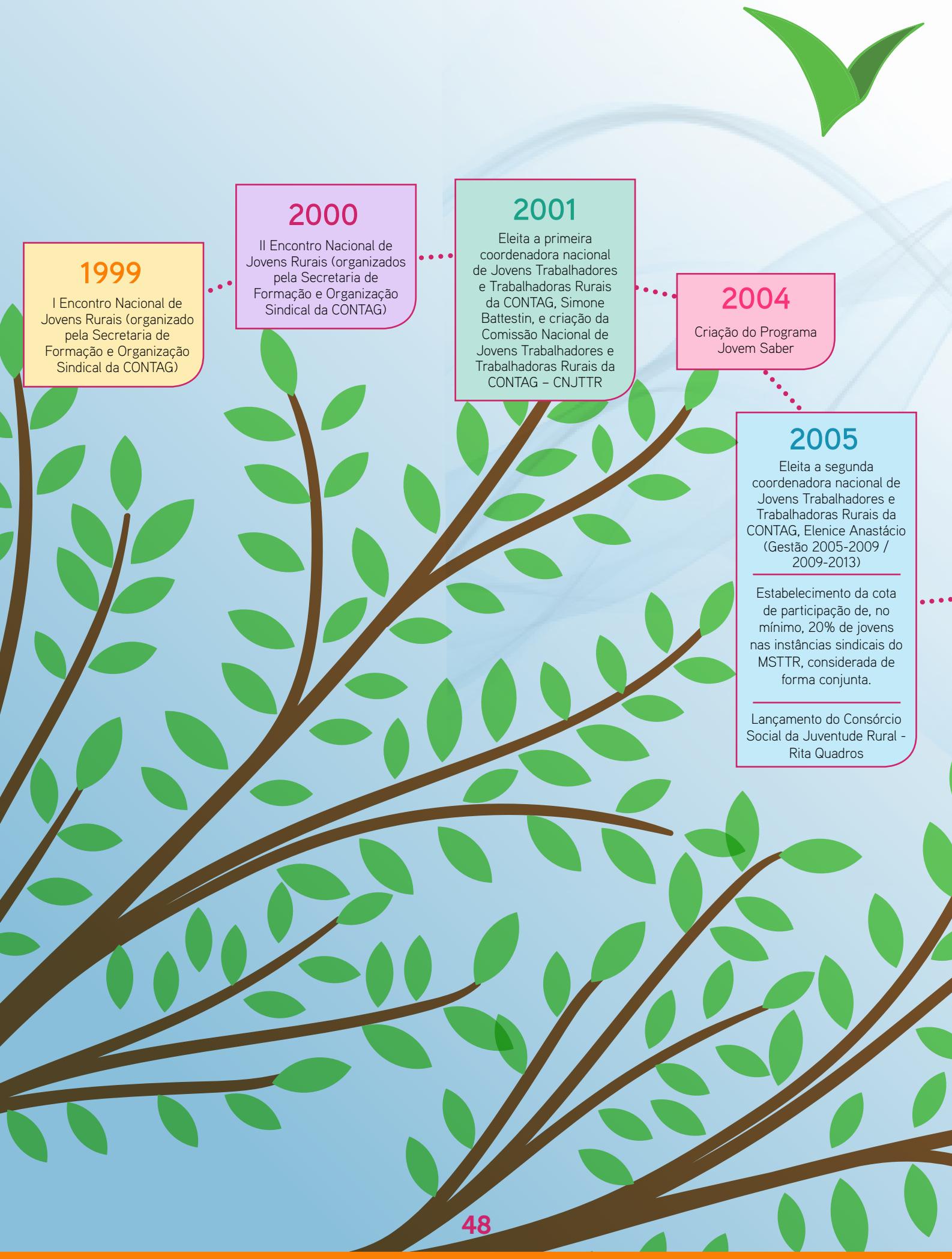
**“NO MOMENTO EM QUE ESCOLHEMOS AMAR,
COMEÇAMOS A NOS MOVER EM DIREÇÃO
À LIBERDADE, A AGIR DE FORMAS QUE
LIBERTAM A NÓS E AOS OUTROS.”**

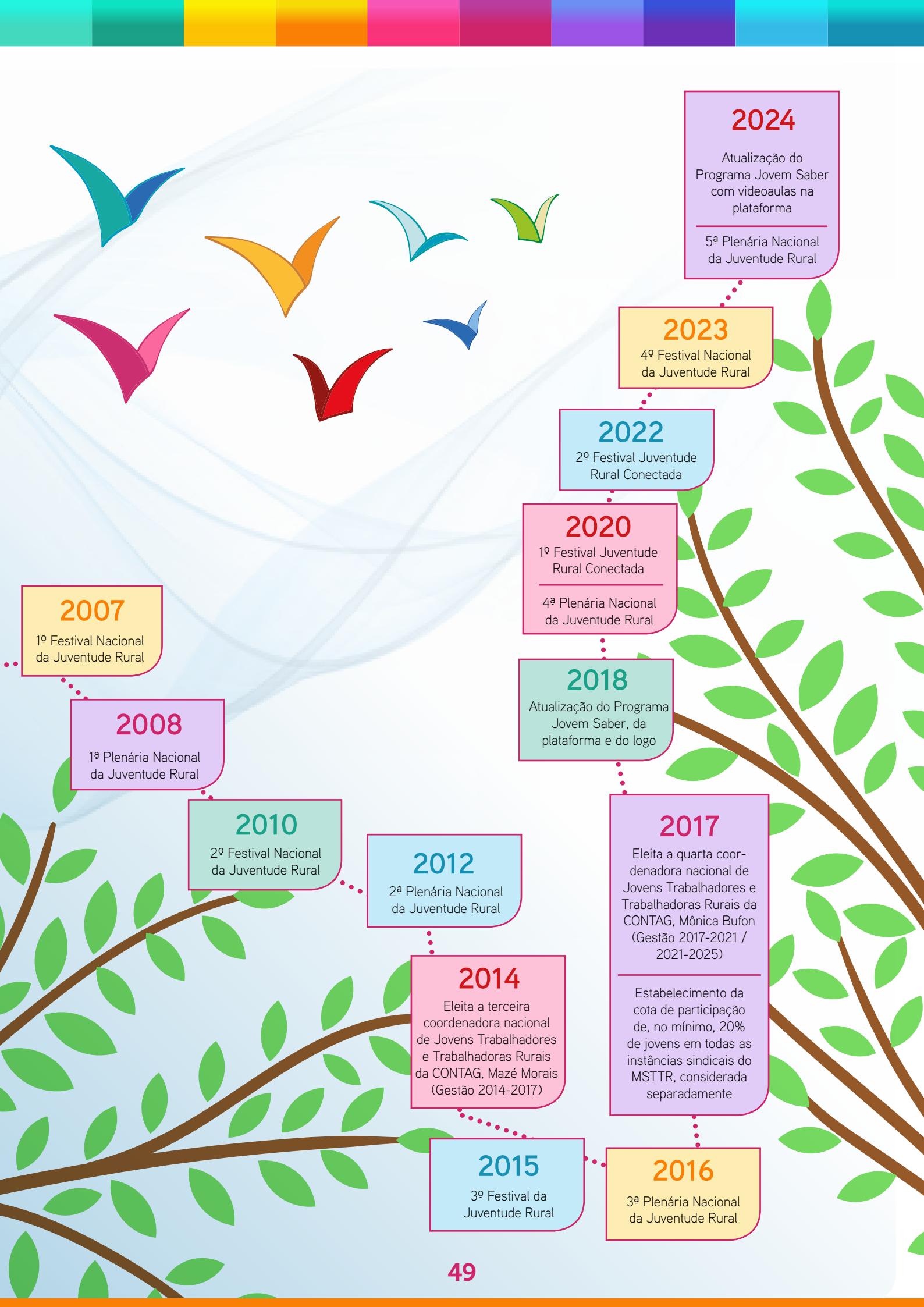
BELL HOOKS

3



JUVENTUDE QUE
OUSÁ LUTAR,
CONSTRÓI PODER
POPULAR!





A HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE NA CONTAG



Vamos dar uma olhada na história de luta da juventude rural na CONTAG?

Na década de 1990, o contexto político nacional foi marcado por uma crescente discussão em torno das políticas públicas de juventude, debate que mobilizou organismos internacionais, movimentos sociais, organizações não governamentais e governos em torno da construção de novas abordagens sobre as diferentes vivências juvenis.

O crescente debate sobre as juventudes foi marcado por posições divergentes: por um lado o reforço negativo, que difundia a imagem do/a jovem como problema social e, portanto, passível de medidas corretivas (tal compreensão ganhou maior repercussão através dos meios de comunicação). A veiculação do caso

“Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. Temos de saber o que fomos, para saber o que seremos.”

Paulo Freire

de assassinato do índio Galdino, em 1997, e das rebeliões nas unidades de cumprimento de medidas socioeducativas exerceram bem este papel. Por outro, pesquisadores/as e movimentos sociais, sobretudo nos anos 2000, apostaram na afirmação da juventude como segmento estratégico para o desenvolvimento, diante do fenômeno de bônus demográfico em nosso País, ou seja, nesse período, a estrutura etária da população reunia um grande contingente de população em idade produtiva, e um menor número de crianças e idosos. Para estes pesquisadores/as e movimentos sociais, a expressiva presença de jovens no Brasil representava maiores e melhores oportunidades ao desenvolvimento nacional.

Em meados dos anos 1990 e início de 2000, emergiram no cenário nacional vários estudos, seminários, pesquisas e mobilizações relativas às questões juvenis, que mostraram com maior profundidade os contextos da juventude urbana, evidenciando-se de forma bastante limitada às realidades e demandas dos/as jovens do campo, da floresta e das águas.



“Juventude rural algo pouco falado, pois quando se fala em jovem muitos associam logo a algo errado.

Mas poucos conseguem ver aqueles que têm pés e mãos calejados, pois debaixo de chuva e sol vem mostrando trabalho.

E são desvalorizados por quem mais deveria apoiá-los, os governantes das cidades e do estado, que muitos só pensam em benefício próprio e não está nem aí pro jovem que precisa ser apoiado.

Muitos que estão aqui hoje vieram em busca de melhorias para serem mais vistos e valorizados.

E em busca de conhecimento para o seu sindicato, que em muitas cidades é o único órgão em que jovens são apoiados, e que mesmo com poucos recursos nunca deixa ninguém desamparado.

Que possamos a cada dia reivindicar nossos direitos buscando o que tem ser feito para uma melhor qualidade de vida, não só para nós jovens mas também para aquele pai e mãe de família que muito já foi castigado pelo tempo e pela vida na esperança de melhorias trabalhando no cabo da enxada para colocar um prato de comida na mesa todo dia.

E com tudo isso vamos continuar levantando nossa bandeira para nenhum político ficar só sentado em uma cadeira enquanto muitos jovens têm que sair do seu estado por falta de apoio e trabalho.”

Jovem Paulo Henrique dos Santos Cunha - Cabeceiras (PI)

Foi também na década de 1990 que o Movimento Sindical construiu um amplo processo de debate na base, orientado pela estruturação de um projeto de desenvolvimento para o campo em contraponto ao modelo neoliberal. Nascia, então, o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS) – que depois passou a incorporar, em 2005, durante a realização do 9º CNTTR/CONTAG, mais um “S”, referente à dimensão da Solidariedade, transformando-se em PADRSS. Diante destes processos de base, o MSTTR qualificou e aprofundou sua luta em torno de enunciados como democracia e participação social, reafirmação da reforma agrária, fortalecimento da agricultura familiar e consolidação de relações sociais justas e igualitárias, combatendo as desigualdades de gênero, geração, raça e etnia. Este processo de construção se deu de maneira descentralizada e participativa envolvendo trabalhadores/as rurais e dirigentes em nível local.

PADRSS

NÃO HÁ DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO SOCIAL, REFORMA AGRÁRIA E FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR SEM O COMBATE ÀS DESIGUALDADES DE GÊNERO, GERAÇÃO, RACA E ETNIA.





Este contexto nacional e sindical revelou a necessidade de o MSTTR ampliar sua agenda política, incorporando as questões da juventude rural e sua participação como componente essencial para o fortalecimento das lutas em torno do novo projeto político para o campo brasileiro, o PADRSS.

A CONTAG passa a assumir, de maneira programática, processos formativos e organizativos que envolviam a juventude trabalhadora rural. Nesse sentido, foram realizados entre os anos de 1998 e 1999 os Seminários Regionais da Juventude Rural, que culminaram com a realização do I Encontro Nacional de Jovens Rurais (em 1999), ações estas desencadeadas pela Secretaria de Formação e Organização Sindical da CONTAG.

A partir deste I Encontro Nacional foram sistematizadas as realidades regionais e as demandas dos/as jovens do campo, da floresta e das águas em torno dos temas da educação, reforma agrária, agricultura familiar, cultura e lazer, saúde, previdência e mercado de trabalho. Além disso, neste mesmo período se constituía a Comissão Provisória de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG.

Em setembro de 2000, foi realizado o 2º Encontro Nacional da Juventude Rural, que teve por tema: A Juventude Rural Construindo o PADRS.

As deliberações da CONTAG passam a incorporar de forma mais aprofundada as questões da juventude a partir do 2º Congresso Nacional Extraordinário de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNTTR), ocorrido em 2000. Neste CNTTR, o MSTTR assume a faixa etária dos 16 aos 32 anos como definidora da juventude e orienta que se constitua, no Congresso seguinte, a Coordenação e Comissão Nacionais de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG.

“O MSTTR assume a faixa etária dos 16 aos 32 anos como definidora da juventude.”

O QUE SÃO OS ENCONTROS NACIONAIS DE JOVENS RURAIS?

Desde o primeiro Encontro Nacional de Jovens Rurais, este se tornou um espaço próprio da juventude para refletir sobre suas realidades, falar de seus anseios e construir estratégias comuns para que a juventude passasse a ser reconhecida como parte fundamental da transformação do campo. Precisávamos afirmar que somos o presente e não apenas o futuro na nação e do movimento sindical.

JUVENTUDE RURAL OCUPANDO ESPAÇO NO MSTTR



Em 2001, durante o 8º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNTTR), foi eleita a primeira coordenadora nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG, a jovem Simone Battestin, do estado do Espírito Santo. Por meio da constituição desta Coordenação, ampliou-se a organização da juventude em todo o Brasil. Este momento também demarca a consolidação da CNJTTR, que passa a ser uma instância de caráter permanente e que conta com maior representatividade na participação dos estados.

E foi criada a Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNJTTR)!

A ação política da Coordenação e Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, neste primeiro

“Se não houver grandes causas, a vida não tem sentido!”

Pedro Casaldáliga

período, tinha como desafio a ampliação e fortalecimento da organização juvenil no MSTTR, a qualificação da incidência política das jovens lideranças, o reconhecimento, pelo MSTTR, da juventude enquanto sujeito político e de suas pautas como estratégicas para a consolidação do PADRSS. Nesse período, foi realizado um concurso nacional para criação da logo-marca da Comissão Nacional de Jovens. Este concurso mobilizou jovens trabalhadores e trabalhadoras rurais de todo o Brasil, na produção de um símbolo que traduzisse a diversidade e complexidade de ser jovem rural.

Diante de tais desafios, a Coordenação de Jovens da CONTAG impulsionou um amplo processo formativo durante os anos de 2002 e 2003 através de parceria firmada com a GTZ (organismo de cooperação técnica Alemã), denominado **“Projeto Juventude Rural – Protagonista do Desenvolvimento Local Sustentável”**. Por meio deste projeto, foram desenvolvidos dez Seminários Regionais e um Salão Nacional da Juventude Rural. Nestes espaços, os temas em debate foram: juventude assalariada rural, educação do campo, reforma agrária, agricultura familiar, agroecologia e meio ambiente, organização da produção, saúde reprodutiva, DSTs e violência no campo. Todos estes temas foram refletidos desde a identidade juvenil e os contextos diversos que marcam a vivência da juventude trabalhadora rural no território nacional.

Todos esses debates convergiram para a construção das diretrizes políticas da juventude trabalhadora rural, sistematizadas na **Carta Proposta da Juventude Rural**. A Carta foi apresenta-



A Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNJTTR) da CONTAG é formada por um/a representante de cada estado indicado pela Federação que atua junto à Secretaria Nacional da Juventude da CONTAG na construção de estratégias e ações que fortaleçam a juventude do campo, da floresta e das águas.

da durante o Salão Nacional da Juventude Rural, ocorrido em 2003. Além dela, foi elaborada a “Moção Contra a Liberação das Sementes Transgênicas”, tema que estava em votação no Congresso Nacional.

Entre 2003 e 2005, a CONTAG, em parceria com a Unicef, realizou uma pesquisa intitulada “A voz do adolescente e jovem rural”, partindo da necessidade de conhecer a juventude rural, seus conceitos e percepções sobre vários temas do cotidiano rural. A pesquisa foi aplicada por vários/as jovens ligados ao MSTTR de todos os estados brasileiros.



Os resultados gerados pela pesquisa permitiram que o Movimento Sindical conhecesse melhor a realidade da juventude trabalhadora rural brasileira, agregando, a partir disso, maior qualidade à pauta política e incidência sindical, especialmente no que se refere às demandas por políticas públicas de juventude. É importante destacar que, em 2004, a Coordenação de Jovens da CONTAG concebeu o **Programa Jovem Saber**.

E o que é Programa Jovem Saber?

O programa é um processo de formação à distância que busca valorizar a experiência e o conhecimento do mundo do/a jovem rural, na perspectiva de engajá-lo politicamente na comunidade e, em particular, na ação sindical. A proposta passa por fortalecer a consciência crítica e transformadora da juventude, a partir de um processo de ensino-aprendizagem que estimula a leitura e a escrita do mundo em que esses/as jovens estão inseridos/as. Desse modo, esses sujeitos partici-

A CARTA PROPOSTA DA JUVENTUDE RURAL objetivava visibilizar e denunciar para a sociedade as realidades vividas pelos/as jovens do campo, bem como defender direitos e propor aos governos políticas públicas diferenciadas para este segmento. Além disso, demandava do MSTTR ações no sentido de potencializar a organização e participação da juventude dentro e fora das esferas sindicais.

O Programa Jovem Saber surgiu da necessidade de aprofundar o debate sobre o PADRSS na base, a partir do olhar e protagonismo da juventude rural.

pam do programa a partir da formação de grupos de estudos presenciais ou virtuais que proporcionam a construção coletiva do saber.

Dentre os resultados mais significativos do Programa Jovem Saber, podemos citar o despertar da juventude para a sindicalização e para a participação nas lutas do MSTTR. Além disso, o Programa vem estimulando o envolvimento na vida comunitária para a transformação das realidades locais.

Em síntese, o período de 2001 a 2005, correspondente ao primeiro mandato da Coordenação de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, foi marcado pela constituição e fortalecimento das instâncias de juventude nas FETAGs e STTRs, pela formação de jovens lideranças e pela organização e mobilização juvenil de base.

O que estava rolando no País nesse momento?

Neste ponto da história de organização da juventude trabalhadora rural da CONTAG é importante registrar a mudança de rumos no cenário político brasileiro.

O ano de 2003 é marcado pela posse de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, um presidente de origem popular e importante liderança sindical. Lula foi eleito a partir de uma plataforma política que priorizava o combate à fome e à pobreza, por meio do compromisso com a ampliação de direitos e políticas públicas, bem como com a participação social e o diálogo com movimentos sociais.



Para participar do programa Jovem Saber, o/a jovem sócio/a ou não do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais deve ter idade entre 16 a 32 anos e constituir um grupo de, no mínimo, 6 e, no máximo, 20 jovens. É obrigatório que o grupo seja formado por, no mínimo, 30% de jovens mulheres. Também é possível a formação de grupos dentro das Escolas do Campo e nas Escolas Família Agrícola (EFAs).



Vale destacar que, embora a campanha de Lula tenha se baseado no compromisso com uma agenda progressista pautada pela garantia de direitos, o seu governo viveu uma série de contradições, em muito determinadas pela ampla aliança política, que reunia em sua base partidos, interesses e posições bastante distintas, contexto também vivenciado no Governo Dilma Rousseff.

Este cenário exigiu do conjunto da juventude organizada no MSTTR a definição de estratégias eficientes para incidir sobre o novo cenário de discussão em torno das políticas públicas de juventude, de forma a visibilizar as questões dos/as jovens rurais. Tal vivência resultou num processo de proposição e negociação junto ao governo federal no sentido da criação de políticas específicas para os/as jovens do campo, da floresta e das águas. Foi a partir desta incidência que se constituiu, no ano de 2004, as modalidades de crédito rural Pronaf Jovem (dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf) e Nossa Primeira Terra (no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário). Vale destacar que a Carta Proposta da Juventude Rural, produzida em 2003, recomendava duas proposições referentes à criação de linhas de crédito diferenciadas para a juventude trabalhadora rural.

No âmbito do poder Executivo federal, são constituídas, em 2005, a Secretaria Nacional de Juventude (instância articuladora e gestora das políticas públicas de juventude vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República), o Conselho

A CRIAÇÃO DA SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE E DO PROJOVEM FORAM MARCOS SUPER IMPORTANTES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE RURAL NO BRASIL!

Nacional de Juventude (órgão consultivo colegiado, que integra áreas de governos, movimentos sociais e juvenis, ONGs e pesquisadores) e o Projovem (programa de escolarização e formação profissional voltado à juventude).

É também nos primeiros anos do Governo Lula que a Câmara dos Deputados cria a Comissão Especial de Juventude (Cejuvent), que realizou diversas audiências públicas, um Seminário Nacional, Encontros Estaduais e uma Conferência de Juventude para elaborar Projetos de Lei dirigidos às demandas juvenis. Como resultado desse trabalho, concluído em dezembro de 2004, foram encaminhadas três propostas ao Congresso Nacional: 1) a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que inclui a expressão jovem na Constituição de 1988 (a referida PEC foi sancionada em 2010); 2) o Estatuto de Direitos da Juventude (sancionado em 2013); e 3) o Plano Nacional de Juventude (PL Nº 530/2004), ainda em tramitação, que estabelece objetivos e metas a serem alcançadas pelos governos para a melhoria das condições de vida dos/as jovens brasileiros/as.



A criação da Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNJTTR) e de uma Coordenação própria, e liberada no início dos anos 2000, representa um marco na luta pelo reconhecimento da juventude rural como sujeito de direitos, tanto dentro como fora do MSTTR, ocupando um legítimo lugar de fala nos espaços de debates por empoderamento interno e na luta por políticas públicas próprias.

Para dentro destaca-se a criação do Programa Jovem Saber, um instrumento que mudou a relação do MSTTR com a Juventude Rural. Para fora, felizmente naquele período elegemos um governo (2002) aberto ao diálogo e comprometido com as bandeiras de lutas do campo, colocando a temática da juventude rural pela primeira vez em destaque. Das pautas de negociação, podemos contabilizar como significativas conquistas a linha Jovem no Pronaf, o Nossa Primeira Terra (NPT), o Consórcio da Juventude Rural “Rita Quadros”, dentre outras. O processo de discussão da temática da juventude somou forças culminando na criação da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), junto à Secretaria-Geral da Presidência da República (2005).

Hoje, diante de toda a trajetória, formulações, proposições e lutas da CNJTTR - e novamente por meio do mesmo governo popular, democrático e comprometido com os trabalhadores e trabalhadoras - a Juventude Rural pode comemorar a criação do Plano Nacional da Juventude e Sucessão Rural e sua expressiva contribuição neste processo. Isto se chama luta coletiva, soma de esforços, visibilidade, reconhecimento...

...isto se chama **EMPODERAMENTO!**

Porém, sempre nos restará o desafio pela efetivação e aprimoramento do que conquistamos, para que tais direitos alcancem a todos e todas, em distintas realidades. Mas é preciso não esquecer que o rural é dinâmico e, sobretudo, que os governos são dinâmicos. E apesar de termos na Presidência um representante que dialoga com as causas do MSTTR, a condução deste país é disputada por muitas forças, sendo muitas delas contrárias a qualquer política de inclusão, de direitos. Estamos vivendo mais um momento histórico de fragilidade e riscos para a democracia, para a soberania nacional e a classe trabalhadora. A Juventude Rural que hoje comemora seus “vinte e poucos anos” de CNJTTR precisa estar “atenta e forte” como foram as juventudes nos anos sombrios de ditadura. Nossas bandeiras não se esgotam e mais do que nunca precisam continuar erguidas e berrantes: Retroceder, jamais!!!! Viva a Juventude Rural que, acima de tudo, traz consigo a capacidade de dinamizar e manter o campo e o MSTTR dinâmicos, plurais e vivos!

SEGUNDO NA LUTA PARA FORTALECER A JUVENTUDE NO MSTTR



No 9º Congresso da CONTAG (2005) foi eleita uma nova coordenadora de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais: Maria Elenice Anastácio, do estado do Rio Grande do Norte. Elenice permaneceu por dois mandatos à frente da Coordenação de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG, nos períodos de 2005 a 2009 e de 2009 a 2013.

Abre-se, a partir de 2005, um novo ciclo de atuação da juventude trabalhadora rural do MSTTR, que combina os aspectos mais internos ao Movimento, referente à formação e organização sindical da juventude, e a incidência mais sistemática e estratégica nos espaços de diálogo e controle social das políticas públicas.

É também no 9º Congresso que é aprovada a cota de participação de, no mínimo, 20% de jovens nas instâncias sindicais, ou seja, nos espaços das Diretorias, Conselhos Deliberativos, Congressos e outros.

“Caminhando e semeando, no fim, terás o que colher.”

Cora Coralina

A CRIAÇÃO DA COTA PARA A JUVENTUDE FOI RESULTADO DE MUITA LUTA DA JUVENTUDE!

O estabelecimento da cota de juventude rural resultou dos processos de diálogo, mobilização e convencimento interno do MSTTR. O argumento central que justifica a cota da juventude refere-se aos limites ainda colocados à participação juvenil nos espaços de participação e deliberação do MSTTR.

A cota teria o papel de corrigir as discriminações, que ainda recaem socialmente sobre a juventude trabalhadora rural. Por meio dela, o MSTTR se torna mais representativo, na medida em que trás para os espaços políticos e deliberativos a voz das diferentes identidades que constituem a categoria trabalhadora rural.

Vale registrar que a aprovação da cota de jovens não significou sua aplicação imediata.

O Congresso orientou que, ao longo do mandato, ou seja, no período de 2005 a 2009, fossem criadas as condições para a sua implementação nas instâ-

cias do MSTTR. Em 2007 (durante a realização da Plenária Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – que avalia os primeiros anos do mandato da Diretoria), foi a primeira vez que se utilizou o percentual de, no mínimo, 20% de jovens para a composição das delegações estaduais. No âmbito da Diretoria da CONTAG, foi no 10º CNTTR (2009) que se elegeram representantes jovens para o cumprimento da cota nas Diretorias Executiva, Efetiva e no Conselho Fiscal da CONTAG.

Abaixo segue o texto do 9º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG (CNTTR/CONTAG), que delibera sobre a cota de jovens:

Obrigatoriamente na participação de, no mínimo, 20% de jovens trabalhadores e trabalhadoras rurais em todas as instâncias do MSTTR, especialmente na Diretoria Executiva da CONTAG, FETAGs e STTRs, sem prejuízo da cota estabelecida para as mulheres, como ação afirmativa que garanta a representação política da juventude no MSTTR (CONTAG, 2005. p. 60).

A POLÍTICA DE COTAS NO MSTTR

As ações afirmativas são estratégias destinadas a estabelecer a igualdade de oportunidade por meio de medidas que compensem ou corrijam as discriminações resultantes de práticas ou sistemas sociais. Nesse sentido, podemos entender a política de cotas como uma das várias ações afirmativas acionadas por grupos sociais.

O foco da política de cotas é garantir condições mais equilibradas de participação política dos segmentos excluídos dos processos organizativos e decisórios. Por isso, é importante que as cotas não sejam recursos isolados. Elas precisam estar combinadas com outras ações afirmativas, a exemplo dos

processos formativos (que potencializem a participação e incidência políticas dos grupos excluídos) e espaços organizativos (constituição e fortalecimento de espaços específicos, como a criação de Comissões, Seminários, tanto de caráter contínuo quanto os mais pontuais, que respondem a necessidades mais urgentes).

A cota se justifica por conta da existência de limitadores da participação que afetam vários grupos sociais (como negros/as, mulheres, jovens, populações LGBTs) em diferentes espaços políticos. Tais restrições são fruto de culturas e práticas racistas, machistas, de discriminações geracionais e de orientação sexual.

Podemos avaliar que a implementação da cota de, no mínimo, 20% de jovens

em todas as instâncias do MSTTR vem apresentando resultados importantes para o fortalecimento da ação sindical. Pode-se destacar que a ampliação da participação juvenil, em muito influenciada pela cota, tem estimulado o debate de novos temas no MSTTR, tem renovado as práticas sindicais, aprofundado a compreensão sobre as múltiplas identidades que marcam a categoria trabalhadora rural, promovendo, assim, maior representatividade sindical e democracia interna.

Por outro lado, a aplicação da cota de jovens permanece sendo um grande desafio. Algumas FETAGs e Sindicatos ainda não estimulam a participação da juventude por meio da cota, ou através de outras ações afirmativas. Este dado orienta para um esforço continuado, no sentido de reforçar o compromisso sindical com o envolvimento autônomo dos/as jovens nos espaços políticos, especialmente no sindicalismo rural. Também existem casos onde a cota é cumprida, porém, não se asseguram as condições necessárias para a atuação autônoma dos/as jovens nos espaços políticos, sobretudo, nas diretorias sindicais. Muitas vezes, os/as jovens eleitos/as não contam com recursos financeiros, humanos e de infraestrutura que permitam a execução de suas atribuições sindicais. Em outros casos, a juventude passa a assumir tarefas menos importantes no sindicato, como fazer o almoço ou limpar a sede. Normalmente, este tipo de tarefa é atribuído às jovens mulheres, dadas as discriminações de gênero que, combinadas à sua posição como jovem, criam restrições às suas condições de participação.

Ainda sobre as questões de gênero, é importante mencionar que a coexistência da cota de mulheres e jovens vem significando uma ampla presença das jovens mulheres no MSTTR. Este cenário exige a promoção de processos que potencializem o engajamento das jovens, também no fortalecimento da agenda política das mulheres trabalhadoras rurais, de forma a construir relações de gênero e geração igualitárias, para consolidar a democracia interna.

Inquestionavelmente, as políticas afirmativas são caminhos capazes de potencializar a ação do MSTTR, principalmente, no sentido de representar a diversidade de sujeitos que compõem a agricultura familiar. As contradições ainda presentes na prática sindical devem desafiar o conjunto do MSTTR a consolidar iniciativas que comprometam, de fato, as nossas estruturas sindicais com a garantia da participação autônoma, de mulheres e jovens trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Retomando as discussões sobre a atuação da Coordenação de Jovens, no período de 2005-2013, pode-se reconhecer um novo elemento na cena política: sua inserção nos espaços de participação social.

Como mencionado anteriormente, em 2005, o Governo Lula criou espaços específicos de diálogo e consulta aos movimentos sociais, relacionados às ques-

tões juvenis, a exemplo do Conselho Nacional de Juventude e o Conselho Nacional do Primeiro Emprego. A participação da CONTAG nestes espaços teve o objetivo central de disputar maior visibilidade aos contextos e demandas das juventudes do campo, exigindo políticas e ações que promovam melhores oportunidades para a juventude brasileira.

JUVENTUDE RURAL NO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE E NO CONSELHO NACIONAL DO PRIMEIRO EMPREGO - MOSTRANDO QUE A JUVENTUDE ESTÁ NO CAMPO E PRECISA SER OUVIDA!

Entre os anos de 2005 e 2009, foram realizadas duas edições do “Consórcio Social da Juventude Rural - Rita Quadros”, que foi uma política pública financiada pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, no âmbito da Política Nacional de Primeiro Emprego do governo federal. O objetivo foi promover melhores condições de trabalho e renda para a juventude através de processos de formação cidadã e profissional, orientados pelo princípio do fortalecimento da agricultura familiar e práticas associativas. O Consórcio envolveu mais de quatro mil jovens rurais, com idade entre 16 e 24 anos, pertencentes a 192 municípios de todo o País. Esta ação foi executada por 19 FETAGs sob a coordenação da CONTAG, através da Coordenação e Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE) estimulou a constituição de “Consórcios Sociais da Juventude Rural”, como instrumento gerador de novas possibilidades de permanência da juventude no campo, seja por questões econômicas ou sociais, além de consolidar a parceria governo-sociedade e garantir a integração das políticas públicas de geração de trabalho e renda. Neste modelo de Consórcio Social, a CONTAG realizou o Consórcio Social da Juventude Rural - Rita Quadros. O consórcio da CONTAG homenageou a jovem Rita Quadros, que era coordenadora de Jovens da Federação de Santa Catarina e faleceu durante uma das reuniões da Comissão Nacional de Jovens na CONTAG, em Brasília, em 2005.



Foto: Eryka Galindo



Foto: Arquivo FETAET



Foto: Arquivo FETAG PI

Do ponto de vista organizativo, foi aprovado em 2006, durante o Conselho Deliberativo da CONTAG, o Regimento Interno da Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG. A importância do referido regimento reside na reafirmação da Comissão Nacional de Jovens como estrutura que contribui com a ação sindical. O documento aprovado define o funcionamento e os critérios de participação no referido espaço, orientando pela realização das reuniões ordinárias antes de cada Conselho Deliberativo da CONTAG. Tal decisão tem o objetivo de garantir a participação da juventude rural nos proces-



**Regimento
Internacional da
CNJTTR**



sos decisórios do MSTTR. Afinal, os Conselhos Deliberativos são a segunda instância mais importante dentro do Sistema Confederativo CONTAG, sendo a primeira o Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNTTR/CONTAG).

Na Diretoria Executiva da CONTAG para Gestão 2009-2013, os/as jovens eleitos/as foram: Rosicleia Santos Azevedo – secretária de Meio Ambiente, Willian Clementino – secretário de Política Agrária, além da secretária de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Maria Elenice Anastácio (eleita para o segundo mandato).

Outro importante marco na trajetória de organização juvenil no MSTTR foi a realização de dois Festivais Nacionais da

Juventude Rural em 2007 e 2010, que mobilizaram, em Brasília, aproximadamente 10 mil jovens trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Os Festivais produziram formas inovadoras de conduzir a luta política, por combinar ações de formação, debate político e negociação com gestores públicos, com a valorização das linguagens culturais e esportivas da juventude rural. Seu principal objetivo foi debater e propor políticas públicas nas áreas da educação, esporte e cultura, demonstrando a importância de enxergarmos o rural para além do espaço da produção agrícola, entendendo-o como espaço de vida.

Por esse caminho, afirma-se o/a jovem como sujeito integral, que tem direito à qualidade de vida.

1º Festival Nacional da Juventude Rural



2º Festival Nacional da Juventude Rural



Como na primeira edição, o 2º Festival produziu uma Carta com várias proposições aos poderes Executivo e Legislativo federal, na perspectiva de inserir nas políticas de desenvolvimento rural as demandas da juventude para a promoção da sucessão rural. A Carta foi entregue aos ministros do Desenvolvimento Agrário (Guilherme Cassel), da Secretaria-Geral (Luiz Dulci) e ao secretário nacional de Juventude (Beto Cury).



Os Festivais da Juventude Rural se consolidaram como espaço estratégico de luta política para a juventude do Movimento Sindical. Por isso, vem sendo reinventado em vários Sindicatos e FETAGs de todo o País. Nesse sentido, o 10º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG deliberou por sua realização a cada três anos, com a intenção de construir processos continuados de organização, debate e incidência política juvenil.

As Plenárias Nacionais de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais também têm sido importantes espaços de formação e incidência política da juventude nas esferas sindicais. As referidas Plenárias acontecem nos anos que antecedem os Congressos Nacionais de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG e têm como objetivo aprofundar o debate sobre os rumos políticos do Movimento Sindical, a partir do olhar dos/as jovens do campo. Estes espaços contribuem para ampliar e orientar a participação da juventude nas etapas de realização do Congresso, que é a principal instância decisória do MSTTR.

Em 2004, realizou-se a Plenária de Mulheres e Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, antecedendo o 9º Congresso, momento que criou as condições de aprovação da cota de participação de 20%, no mínimo, de jovens nas instâncias sindicais. Em 2008 e 2012 aconteceram, respectivamente, a 1ª e 2ª Plenárias exclusivamente de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

A **1ª Plenária da Juventude**, organizada pela Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG (CNJTR), em Luziânia/DF, aconteceu entre os dias 3 e 6 de novembro de 2008, e debateu sobre a sucessão rural e os motivos que levam a juventude a sair do meio rural. Foi refletido coletivamente ainda sobre o papel das políticas públicas na melhoria da qualidade de vida e analisaram a importância da organização da juventude no Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e sobre as propostas para juventude que seriam apresentadas no 10º Congresso Nacional da CONTAG. O momento contou ainda com a entrega da Carta da Juventude Rural ao titular da Secretaria Nacional da Juventude da época, Beto Cury.



A 2ª Plenária de Jovens Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais foi realizada em 2012, como parte do processo preparatório para o 11º CNTTR/CONTAG, reunindo mais de 600 jovens, em Luziânia/DF. Essa plenária teve como tema “Sucessão Rural com desenvolvimento rural sustentável e solidário, com participação social e sindical”. Os objetivos da plenária foram: aprofundar o debate, na perspectiva da juventude do campo, sobre o PADRSS, a sucessão rural e as políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida no meio rural; refletir sobre os desafios para consolidação da participação social e sindical da juventude do campo, definindo estratégias para a consolidação de um sindicalismo forte e democrático; e definir propostas e estratégias para ampliar e qualificar a participação da juventude do campo no 11º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG.



Juventude Rural: do Brasil para o mundo!

Novos espaços de diálogo e consulta sobre as políticas para a juventude rural constituíram-se em âmbito nacional e internacional, a partir de 2007, como resultado da incidência política dos movimentos, organizações e grupos juvenis do campo, da floresta e das águas, como no Grupo de Trabalho sobre Juventude Rural da Reaf (Reunião Especializada da Agricultura Familiar do Mercosul). Integram este grupo representantes de governos, bem como jovens dos movimentos sociais do campo dos países que compõem o Mercosul, assumindo como

temas de trabalho: a) promoção do acesso à terra aos/às jovens da agricultura familiar; b) inserção produtiva da juventude rural; c) questão de gênero e juventude; d) educação do campo.

Outro importante espaço se constituiu no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (Condraf), instância vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Este Conselho contava, desde 2008, com um Grupo de Trabalho sobre Juventude Rural, que tinha como missão

construir um diagnóstico, de forma pontual, sobre a realidade da juventude do campo e da floresta, apontando as demandas centrais. Os trabalhos deste grupo mostraram a necessidade de aprofundar análises e construir proposições de maneira continuada sobre as políticas específicas para o segmento juvenil do meio rural. Dessa forma, em

2011, o Condraf definiu pela constituição do Comitê Permanente de Juventude Rural, que é uma instância de assessoramento do Conselho sobre as questões de juventude. Além desta instância, foi constituído, também em 2011, o Grupo de Trabalho sobre Juventude Rural no âmbito da Secretaria Nacional de Juventude.

Maria Elenice Anastácio



Juventude Rural: Conquistas e Desafios para o Futuro

A juventude rural tem sido protagonista na construção de um campo mais justo e sustentável. Durante minha gestão na Secretaria Nacional da Juventude da CONTAG, de 2005 a 2013, trabalhamos incansavelmente para garantir que os/as jovens tivessem voz ativa nos espaços sindicais e institucionais. Conquistamos a criação de secretarias de juventude nas Federações, a implementação da cota mínima de jovens no MSTTR, a ampliação do programa Jovem Saber e a realização de festivais regionais e nacionais que fortaleceram a identidade e a organização juvenil. Além disso, marcamos presença em eventos estratégicos como GTB, Marcha das Margaridas e ENFOC, consolidando a luta pela participação política da juventude rural.

Nossa atuação se estendeu à defesa de direitos fundamentais, como a inclusão da juventude na Constituição

Federal e a formulação de marcos regulatórios, como o Estatuto da Juventude. Buscamos garantir o acesso à educação, ao lazer e ao crédito rural, promovendo iniciativas como o Consórcio Social da Juventude Rural - Rita Quadros, o Pronaf Jovem e o programa Nossa Primeira Terra. Estabelecemos parcerias estratégicas com Escolas Famílias Agrícolas, universidades, Embrapa, Canal Futura e organismos internacionais, ampliando as oportunidades para os/as jovens do campo por meio da qualificação profissional e do intercâmbio de experiências.

O avanço tecnológico trouxe desafios e oportunidades para a juventude rural. Se, por um lado, a tecnologia pode afastar os/as jovens da terra, por outro, ela também moderniza a produção agrícola e amplia o acesso à informação e ao mercado. O grande desafio é garantir que a tecnologia seja uma aliada na inclusão produtiva e na valorização da agricultura familiar. A produção de alimentos é essencial para a sociedade, e o fortalecimento da juventude rural, com acesso à educação de qualidade e políticas públicas eficientes, é fundamental para garantir um campo vivo, produtivo e socialmente justo. A luta continua para que as novas gerações tenham condições de transformar o presente e construir um futuro digno no campo.

O FORTALECIMENTO DA LUTA DA JUVENTUDE RURAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS



Com a realização do 11º CNTTR/CONTAG, em 2013, foram eleitos/as três jovens para a Diretoria Executiva da CONTAG: Dorenice Flor da Cruz (secretária Geral), Zenildo Pereira Xavier (secretário de Política Agrária) e Maria José Morais Costa, eleita para a Secretaria de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

A luta em torno da consolidação do PADRSS, com ênfase nas questões sucessórias e no direito à permanência da juventude no campo veio se consolidando como orientação estratégica da Secretaria de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG, tendo por referência a garantia de direitos e políticas públicas diferenciadas para que estes/as jovens sejam capazes de promover sua inserção social, econômica, política e cultural de forma

autônoma e igualitária. Mais do que isso, é também preciso que o/a jovem rural seja enxergado/a pelo sindicato e pelo conjunto da sociedade como sujeito político estratégico para o desenvolvimento rural sustentável, para o fortalecimento da agricultura familiar e para a soberania alimentar.

Organizamos, a seguir, em cinco eixos, as áreas de atuação da Secretaria de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais: a) articulações institucionais; b) incidência para a conquista de políticas públicas; c) organização sindical da juventude trabalhadora rural; d) formação de lideranças jovens; e) participação da juventude nas ações de massa.

a) Articulações Institucionais

Estas articulações desdobram-se nos níveis



“Devemos subir de modo a garantir que todas as nossas irmãs e irmãos subam conosco.”

Angela Davis

nacional e internacional, na perspectiva da construção de alianças, parcerias e troca de experiências em torno da defesa dos direitos da juventude rural e da consolidação do PADRSS.

A construção de alianças e parcerias é dimensão que acompanha toda a história de organização do MSTTR. No contexto da juventude rural, uma das experiências mais marcantes é a realização da Plenária da Juventude do Campo, das Florestas e das Águas (realizada durante o Encontro Unitário, em agosto de 2012), que deflagrou uma crescente articulação política entre as juventudes dos movimentos sociais do campo, no período subsequente.

Cada vez mais, os/as jovens dos diferentes movimentos do campo vêm aprofundando diálogos e estratégias convergentes no sentido de fazer avançar as políticas para a juventude trabalhadora rural, sobretudo, na perspectiva da reforma agrária, sucessão rural e educação do campo. Estas articulações, a partir de experiências como as reuniões frequentes entre os movimentos, a Jornada de Lutas das Juventudes (que desencadeou ações coletivas no início do ano de 2013, envolvendo movimentos e organizações sociais do campo e da cidade), as Caravanas Agroecológicas das Juventudes e a Plenária das Juventudes (preparatórias ao 3º Encontro Nacional de Agroecologia - ENA), possibilitam tanto a troca de experiências, quanto a construção de parcerias e alianças em favor de uma incidência mais efetiva para a conquista de direitos voltados aos/às jovens dos territórios rurais.

Jornada de Lutas das Juventudes, Caravanas Agroecológicas das Juventudes e a Plenária das Juventudes - As Juventudes multiplicando suas vozes!

As articulações no âmbito internacional, junto aos movimentos camponeses e juvenis, vêm se mostrando indispensáveis para a construção de um sentimento de integração latino-americana entre a juventude rural. Por este caminho, temos aprendido que é preciso reconhecer e valorizar a diversidade de povos de nossa região, mas buscando nutrir nossa identidade coletiva, construída por uma história comum de combate às opressões da colonização e da concentração de terras e poderes. Este propósito vem sendo incorporado em várias ações, como os Cursos Regionais de Formação de Jovens Rurais da Reaf e as atividades da Confederação de Organizações dos Produtores Familiares Rurais do Mercosul Ampliado (Coprofam).

A Coprofam foi criada em 1994, sendo considerada uma das mais importantes organizações de caráter regional da América Latina. É composta por uma rede de entidades que representam a agricultura familiar, camponesa e indígena da região, sendo a ela filiada: 10 organizações nacionais, 97 filiadas de segundo nível, 4.750 organizações de base (sindicatos, associações e grêmios) e cerca de 22 milhões de agricultores/as familiares, camponeses e indígenas representados no Mercosul Ampliado.

Como não poderia ser diferente, a juventude rural trouxe para dentro dos debates e para a ação política da Coprofam a necessidade de pautar o desenvolvimento rural sustentável e solidário, considerando a diversidade de realidades e demandas que marcam os sujeitos do campo, incorporando as dimensões geracionais.

Em 2010, foi criada, no âmbito da mesa diretora da Coprofam, a Coordenação da Juventude Rural, com o objetivo de construir maior integração entre os/as jovens da região, promovendo uma incidência articulada sobre as pautas juvenis do Mercosul. Por meio dessa iniciativa, a entidade afirma o seu compromisso com a juventude da região.

A Coordenação da Juventude Rural da Coprofam, ao longo deste período, tem atuado no sentido de pautar as questões juvenis nos espaços internacionais, de realizar espaços de diálogo e intercâmbios entre a juventude rural da região e produzir subsídios sobre as realidades dos/as jovens dos países do Mercosul. Em 2013, foi produzido o estudo sobre “Juventude e Sucessão Rural no Mercosul” sob coordenação da Coprofam, tendo a consultoria do professor Luiz Caputo (Paraguai). O seu objetivo foi compreender os contextos, as expressões organizativas, as demandas e as políticas públicas existentes tendo como referência os/as jovens da agricultura familiar, camponesa e indígena do Mercosul.



A CONTAG integra a Coprofam desde sua origem, participando ativamente na condução de seus rumos políticos. Durante alguns mandatos, inclusive o atual, a CONTAG assumiu a Secretaria-Geral da Coprofam, que hoje equivale à Presidência.

Na assembleia realizada em 2014, a CONTAG teve a importante missão de coordenar as áreas de Formação e de Juventude. Assim, na condução da Coordenação da Juventude Rural da Coprofam, Mazé Morais, que no mesmo período era também a secretária de Jovens Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares da CONTAG, assumiu o cargo.

Foi definido como grande estratégia a constituição de uma Rede Internacional da Juventude do Campo. Para responder a este desafio, em outubro de 2013, foi realizado o “Seminário Internacional da Juventude Rural por Reforma Agrária e Crédito Fundiário”, um importante momento de construção do diagnóstico latino-americano e da definição de convergências estratégicas para a luta juvenil e camponesa na região. O seminário teve a parceria da Secretaria de Jovens, Secretaria de Política Agrária e Secretaria de Relações Internacionais da CONTAG. Deste modo, o Seminário Internacional teve o objetivo de compreender a complexidade do tema da sucessão rural, construir apoios e fortalecer a organização juvenil do campo. Para tanto, foram elaboradas propostas e foram definidas ações de cooperação e solidariedade buscando avançar na unidade entre os movimentos sociais da América Latina ligados à Coprofam, em torno da garantia do direito à terra e ao território, como condição para a permanência da própria identidade das nações, que é embasada pela história e pela cultura dos povos do campo, da floresta e das águas.



Jovens rurais do Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Argentina, Nicarágua, México e Peru estiveram reunidos, de 29 a 31 de outubro de 2013, em Brasília, no Seminário Internacional da Juventude Rural pela Reforma Agrária e Crédito Fundiário.

b) Incidência para a conquista de políticas públicas

A partir da proposição, negociação, monitoramento e avaliação de políticas públicas para a juventude rural, a Secretaria de Jovens Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (nome alterado pelo Conselho Deliberativo da CONTAG, em 2016) defende que estas se orientem pelo princípio da autonomia e emancipação social, econômica, política e cultural dos sujeitos jovens do campo, da floresta e das águas, tendo por princípio o diálogo e a participação social.

Desde a sua criação, a CONTAG integra o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), o Comitê Permanente de Juventude Rural do Condrat, o GT de Juventude Rural da SNJ e o Subcomitê de Trabalho Decente para a Juventude.

Mesmo representando uma tentativa de aprofundamento do diálogo entre governos e sociedade civil a respeito dos contextos e demandas da juventude rural, ainda sofrem com uma restrita capacidade deliberativa. Afinal, o seu caráter consultivo não lhes confere maior influência sobre os rumos da agenda pública nacional.

Além disso, a multiplicidade de espaços que abordam as questões de juventude do campo, embora possa sugerir um relativo grau de priorização do tema na agenda nacional, na prática, revela os limites de intersetorialidade que marcam a execução das políticas públicas em nível federal. Esta conjuntura exige da CONTAG uma intervenção estratégica de forma a otimizar sua incidência, gerando condições para que a luta construída em âmbito nacional se traduza em direitos, políticas, ações e programas que se concretizem em nível local, sendo acessados pelos/as jovens rurais. Para tanto, esta luta deve ser fortalecida em todas as instâncias deste Sistema Confederativo.

Outro canal estratégico de incidência são as Conferências.

A juventude trabalhadora rural da CONTAG participou ativamente em várias delas, afinal, suas demandas são de diferentes ordens. Dentre as mais importantes destacam-se as três edições da Conferência Nacional de Juventude e as duas da Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Em cada uma delas foram aprovadas proposições importantes para a juventude, algumas orientaram os desenhos institucionais de políticas e programas em execução. Nestas Conferências, em especial, foram criados espaços preparatórios de debate em nível territorial, o que favoreceu o aprofundamento da discussão, mobilização e articulação da juventude trabalhadora rural. Outras Conferências, de temas diversos, como a de Assistência Técnica e Extensão Rural, de Mulheres, de Segurança Alimentar e Nutricional, também compuseram a agenda política dos/as jovens organizados no MSTTR.

No âmbito do Legislativo, a juventude trabalhadora rural da CONTAG desenvolveu várias reuniões com parlamentares, algumas delas em diálogo com as juventudes de outras organizações e movimentos sociais, participou de audiências públicas, e produziu posicionamentos públicos sobre várias matérias no sentido de conquistar resultados significativos para a vida dos/as jovens rurais.

"A PEC 138/2003 - PEC da Juventude e o Estatuto da Juventude, aprovadas em 2010 e 2013, foram matérias intensamente debatidas e defendidas pela CONTAG, sendo consideradas marcos regulatórios estratégicos para a garantia dos direitos da juventude, incluindo a do campo."

A Proposta de Emenda à Constituição 138/2003, conhecida como PEC da Juventude, e o Estatuto da Juventude, respectivamente aprovadas em 2010 e 2013, foram matérias intensamente debatidas e defendidas pela CONTAG, sendo consideradas marcos regulatórios estratégicos para a garantia dos direitos da juventude, incluindo a do campo. É preciso permanecermos vigilantes e ativos para que o poder Legislativo cumpra efetivamente o papel de representar o interesse da maioria dos brasileiros e brasileiras, que passa por assegurar direitos à classe trabalhadora rural e pelo aprofundamento da democracia participativa.

Estes mesmos desafios se colocam na agenda internacional, onde a Secretaria de Jovens da CONTAG vem atuando nos espaços da Reunião Especializada da Agricultura Familiar (Reaf) e da Reunião Especializada de Juventude, ambas estruturas do Mercosul (Mercado Comum do Sul). O grande desafio a ser enfrentado diz respeito a como desencadear processos regionais que gerem compromisso dos governos do Mercosul com

as políticas de juventude do campo e a promoção da sucessão rural. Muitos passos foram dados, mas ainda é necessário repensar estratégias que promovam ações coerentes com a diversidade de realidades sul-americanas. Neste sentido, o 3º Festival da Juventude Rural, que

já fazia parte da agenda política de atividades da Comissão Nacional de Jovens da CONTAG, incorporou o debate sobre os direitos da juventude trabalhadora rural da América Latina e, em especial, do Brasil, tornando o festival um evento internacional de juventude.

3º Festival Nacional da Juventude Rural



Visando preparar a juventude para participar do 3º Festival, no ano de 2014 foram realizados cinco Festivais Regionais, nas regiões Nordeste, Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Estes festivais reuniram cerca de 700 jovens e tiveram por objetivo político constituir um marco referencial que estimulasse o debate dentro do Movimento Sindical e nas ações governamentais, sobre políticas públicas de juventude e sucessão rural, na perspectiva da construção

de políticas estruturantes e diferenciadas que contribuam para a permanência da juventude no campo com dignidade.

Após a realização dos Festivais Regionais, a Secretaria de Jovens da CONTAG, em parceria com as Secretarias de Jovens das FETAGs e demais Secretarias da CONTAG, realizou, em Brasília, nos dias 27 a 30 de abril de 2015, o 3º Festival da Juventude Rural. Tendo abrangência

internacional, o Festival contou com a participação de cinco mil jovens rurais do Brasil, além de nove países da América Latina (Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Paraguai e Uruguai), de diversas entidades da sociedade civil que trabalham com juventude, de organizações governamentais e agências internacionais. O 3º Festival teve como tema: “Juventude na Luta por Terra, Políticas Públicas e Sucessão Rural na América Latina”.

Uma das importantes inovações deste 3º Festival diz respeito ao processo de negociação com o governo federal. Pela primeira vez, a Carta Proposta da Juventude Rural, formulada pelos processos preparatórios regionais, estaduais e locais, foi entregue aos representantes do Executivo federal com um mês de antecedência. Esta nova dinâmica criou condições de negociação prévia com as áreas do governo, condição essencial para que, durante o evento, fossem

50% dos/as participantes jovens do Festival eram associados/as aos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

anunciadas políticas específicas para a juventude rural.

Em resposta a esta carta, a presidente Dilma Rousseff se fez presente no 3º Festival, apresentando as propostas do seu governo às reivindicações da juventude. É relevante destacar que esta foi a primeira vez que um presidente da República esteve no Festival da Juventude promovido pela CONTAG e este fato teve uma importância histórica, pois se tratou do reconhecimento oficial da juventude rural enquanto sujeito político promotor de desenvolvimento para o campo brasileiro.

Presidenta Dilma Rousseff fazendo anúncio durante o 3º Festival da Juventude Rural, em 2015.



Para a CONTAG, a redução da maioria penal e a ampliação do tempo de internação de adolescentes em conflito com a lei não são estratégias eficazes para o enfrentamento à violência que hoje está presente no campo e na cidade. É preciso, urgentemente, fazer o debate sobre as causas da violência e não só sobre as consequências dela. Questões muito mais complexas e multifacetadas estão diretamente ligadas a esse problema, tais como a desigualdade e a exclusão social, a má distribuição da renda, a omissão do Estado na prevenção do problema, o consumismo exacerbado, a corrupção, a existência de um sistema judiciário ineficiente que favorece a impunidade, somente para citar alguns.

Portanto, crer que o encarceramento de adolescentes é a solução para enfrentar a violência é uma visão distorcida, rasa e imediatista, difundida por setores da sociedade que não têm comprometimento com a infância e a adolescência brasileira.

C) Organização sindical da juventude trabalhadora rural

Para o fortalecimento da organização e ação sindical da juventude rural, a Secretaria de Jovens da CONTAG foi estimulando a constituição de secretarias específicas nas FETAGs, Pólos Sindicais e STTRs, bem como de ações direcionadas a esses sujeitos, além da realização de processos nacionais que orientassem politicamente as iniciativas locais.

A Secretaria de Jovens da CONTAG vem monitorando e incentivando a implementação mínima da cota nos estados e

Embora aprovada desde 2005, a cota de, no mínimo, 20% de jovens nas instâncias sindicais infelizmente ainda não é uma realidade em todas as FETAGs e STTRs.

municípios, conferindo a ela não um sentido numérico, mas percebendo-a como recurso político que torna o MSTTR mais forte, participativo e representativo.

d) Formação de lideranças jovens

Formação político-sindical é entendida como instrumento que potencializa e qualifica a ação política da juventude rural para a consolidação do PADRSS, a promoção da sucessão rural e a inserção nos espaços políticos de forma protagonista e autônoma. Neste sentido, a Secretaria de Jovens da CONTAG vem estimulando a formação presencial e à distância através do Programa Jovem Saber.

É importante destacar que, inicialmente, o Programa foi desenvolvido através do envio de cartilhas impressas aos grupos de estudo pelos Correios. A partir de 2008, a CONTAG criou um sistema com uma nova modalidade de ensino a partir de livros didáticos impressos e contendo os oito módulos do curso do Programa Jovem Saber.

A ideia de utilizar livros didáticos impressos para capacitar a juventude surgiu devido à dificuldade que muitos/as jovens possuem em acessar a internet. Também é importante destacar que,

durante o 11º Congresso da CONTAG, vários/as jovens reivindicaram a publicação das oito cartilhas do programa. Dessa forma, a Secretaria de Jovens criou essa modalidade de ensino com o objetivo central de atingir os/as jovens que não tenham, ainda, acesso à internet. Contudo, é importante destacar que, aqueles/as que já acessam a internet em seus municípios, devem participar do curso através do sistema informatizado do Programa Jovem Saber.

Em 2015, a Secretaria de Jovens da CONTAG também desenvolveu os Cursos Regionais de Formação de Jovens Empreendedores Rurais. Os cursos foram atividades de formação profissional e cidadã voltada para jovens empreendedores rurais, priorizando os/as jovens da agricultura familiar.

Esses cursos foram realizados a partir do convênio CONTAG/SENAR e se desenvolveu nas regiões Norte, Centro-Oeste, Sudeste, Sul e Nordeste, e atingiu um total de 270 jovens.

Durante 2016, a Secretaria de Jovens da CONTAG realizou três Encontros Regionais para Jovens Lideranças Rurais em Inovações Tecnológicas. Os encontros regionais tiveram por objetivo capacitar a juventude sobre inovações tecnológicas desenvolvidas por jovens em nível da organização produtiva da agricultura familiar, das políticas públicas, das políticas sociais e sindicais. Foi realizada, ainda, a 3ª Plenária Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais para a promoção de intercâmbio de tecnologias de produção da agricultura familiar, formação

**Para participar do curso
basta o/a jovem acessar o
site www.contag.org.br/jovemsaber.**

e debate a respeito dos temas desafiadores para o MSTTR frente à atual conjuntura.

A 3ª Plenária Nacional da Juventude Rural foi, também, ambiente de definição de estratégias que potencializam a organização juvenil, a democracia interna e a representatividade sindical. Além disso, foi espaço preparatório para uma participação juvenil autônoma e qualificada dentro do 12º Congresso Nacional da CONTAG, que foi realizado em março de 2017. A Plenária Nacional foi realizada em Brasília/DF e teve um total de 405 jovens participantes.



Com o objetivo de estimular na base debates sobre os temas centrais para o MSTTR e sua juventude, a Secretaria de Jovens da CONTAG recomendou a realização de Plenárias Livres da Juventude Rural, momentos preparatórios à 3ª Plenária Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. As Plenárias Livres foram espaços de aprofundamento das discussões, não tendo caráter deliberativo. Entendemos que, na medida em que a juventude foi sendo envolvida com debates, desde a base, sobre os processos de construção da agenda política proposta pelo 12º Congresso da CONTAG, foi ampliado o seu compromisso com as lutas sindicais, bem como fortaleceu o próprio Movimento.

Além das Plenárias Livres, também foram realizadas Plenárias Estaduais da Juventude, que já compõem o calendário institucional das FETAGs.

Os processos formativos vem buscando integrar os/as jovens na luta pela consolidação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS). A partir deles, tanto qualificamos a participação autônoma da juventude quanto construímos uma cultura política que reconhece o seu papel na sociedade e a legitimidade de suas demandas. E diante do papel estratégico da formação, é preciso reconhecer a importância da Escola Nacional de Formação da CONTAG (ENFOC) para o fortalecimento da luta do MSTTR, em especial da juventude trabalhadora rural.



ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CONTAG

Lugar de transformação política



A ENFOC tem contribuído com a formação das jovens lideranças, potencializando debates estruturantes sobre o modelo de desenvolvimento que queremos para o Brasil e o papel da juventude nesta luta.

Nessa caminhada, a juventude rural vem apoiando e dinamizando os itinerários pedagógicos, os processos de sistematização e os trabalhos da Rede de

Educadores/as Populares e Grupos de Estudo Sindical (GES), em favor do fortalecimento da luta sindical.

Por meio de seus conteúdos e metodologia, que valorizam a diversidade e o protagonismo dos sujeitos políticos do campo, da floresta e das águas, a ENFOC impulsiona práticas sindicais mais democráticas e constrói novos sentidos para o fortalecimento da luta da classe trabalhadora rural.

e) Participação da juventude nas ações de massa

Podemos destacar, também, que cada vez mais se consolida a participação da juventude nas ações de massa do Movimento Sindical, onde podemos destacar os Gritos da Terra Brasil e as Marchas das Margaridas. Nos últimos anos, a juventude tem pautado suas reivindicações, específicas e coletivas, de forma a influenciar a ação dos governos e a construir novos diálogos com a sociedade.

As ações de massa, combinadas aos demais processos de incidência política, têm permitido avançar em torno das conquistas de direitos para a juventude trabalhadora rural.

A incidência da juventude trabalhadora rural, em especial a do MSTTR, foi determinante para alcançar conquistas no âmbito das políticas públicas para esses sujeitos, sobretudo nas áreas do crédito, educação do campo (escolarização e formação profissional), acesso à terra e assistência técnica e extensão rural (Ater). Ilustram estas conquistas a efeti-

Durante o 11º Congresso da CONTAG deliberou-se pelo aumento da cota de participação da juventude nas atividades formativas do MSTTR, de 20% para, no mínimo, 30% de jovens.

vação do Pronaf Jovem, Nossa Primeira Terra, Projovem Trabalhador (Consórcios Sociais da Juventude Rural), Projovem Campo – Saberes da Terra, Chamada Pública de Ater para a juventude e Curso de Formação Agroecológica.

Como destacamos anteriormente, o 3º Festival da Juventude Rural propôs ao governo federal a estruturação de um **Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural**. Na oportunidade, a presidente Dilma Rousseff determinou a formação de um grupo de trabalho no Condrad para elaborar esse plano, com o objetivo de lançá-lo no Plano Safra 2016-2017.

Deste modo, o **Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural** começou a ser construído pelo Comitê de Juventude do Condrad no primeiro semestre de 2015; em junho daquele ano, o pleno do Conselho aprovou a Resolução nº 105, resolvendo que “o Comitê Permanente de Promoção de Políticas para a Juventude Rural do Condrad é o espaço privilegiado de discussão do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural no Condrad”. Toda a agenda subsequente do Comitê passou a orientar-se para essa construção, na esteira da 3ª Conferência Nacional de Juventude (#3ConfJuv).

A #3ConfJuv também foi intensamente estimulada e aproveitada pelo MDA



para tornar-se um espaço de consulta pública legítimo das ações que viriam a compor o Plano. A Secretaria de Jovens da CONTAQ incentivou a realização das etapas territoriais da conferência, que ocorreram em 130 territórios rurais de todas as regiões do País.

Por fim, em fevereiro de 2016, lideranças jovens dos movimentos sociais do campo de todas as regiões do País se reuniram, em Brasília, para formular e priorizar propostas na Oficina de Diálogos do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. Este foi, portanto, o resultado de um intenso diálogo com a sociedade civil e de esforços de coleta de dados sobre o perfil da juventude rural brasileira, bem como sobre o alcance das políticas públicas de juventude rural do governo federal, com destaque para o MDA/Incra.

Assim, no dia 03 de maio de 2016, a presidente Dilma Rousseff lançou o Plano

Safra da Agricultura Familiar 2016/2017, que trouxe o **1º Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural**.

O Plano foi materializado num Decreto Presidencial e contou com a participação de oito ministérios: Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos; Ministério da Educação; Ministério da Cultura; Ministério das Comunicações; Ministério do Trabalho e Previdência Social; Ministério do Meio Ambiente; e Ministério da Saúde.

No entanto, o plano foi engavetado após o golpe sofrido pela presidente Dilma Rousseff, no governo Temer, e extinto no Governo Bolsonaro, gerando uma profunda indignação da juventude com tamanho desrespeito.

Com a retomada da democracia no Governo Lula, o Plano foi enfim retomado, como contaremos mais adiante.

Maria José Morais Costa - Mazé Morais



Fui impulsionada pela força da luta e da organização da juventude desde muito cedo. E eu digo isso porque estar onde eu estou hoje é resultado de um trabalho que se iniciou quando, aos 16 anos, eu, uma jovem, decidi me associar ao Sindicato de Batalha, no Piauí, para coletivamente transformar os nossos sonhos de juventude em luta. Do Sindicato à FETAG-PI e daí pra Secretaria de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG. Eu bem sei quão grandes são os desafios para a juventude, porque muitos preconceitos e projeções dificultam o (re)conhecimento das suas potencialidades. E talvez, por isso, ainda hoje a implementação da cota de, no mínimo, 20% de jovens na direção

dos Sindicatos seja uma luta constante, mesmo ela tendo sido aprovada em 2005, mesmo ano da criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude. Na minha gestão, fizemos um grande investimento nos processos formativos e aí eu destaco o Programa Jovem Saber, um legado das companheiras que me antecederam na Secretaria de Jovens. Ampliamos as turmas desse Programa, realizamos o 1º Seminário Internacional da Juventude Rural, e construímos o 3º Festival da Juventude Rural que era a expressão dos nossos sonhos, mas também da força da nossa luta!

E quando me refiro a “nós” é porque não era só eu, era toda a Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Esse espaço que foi tão precioso pra mim e é tão fundamental para o fortalecimento da organização da juventude rural e para a sua consolidação como força política para o MSTTR. Esse espaço me deu a bagagem para que eu viesse a assumir a Secretaria de Mulheres da CONTAG.

A JUVENTUDE SEMEANDO RESISTÊNCIA E CULTIVANDO UM MUNDO NOVO



Em 2017, inicia a trajetória da jovem capixaba Monica Bufon, como secretária nacional de Jovens da CONTAG.

Desde o início, o mandato foi um desafio não apenas para a nova secretária de Jovens, mas para todo o Movimento Sindical e para a história do Brasil. O golpe contra a presidente Dilma havia acontecido no ano anterior (2016), quando se iniciou o governo Temer, período em que a nova gestão da CONTAG toma posse.

Logo em seguida, vimos a eleição de Jair Bolsonaro (2018), que aprofunda um duro período de perdas de direitos e ameaças cotidianas à democracia, às nossas vidas e territórios. Ao mesmo tempo, vivemos ainda, como todas/os sabem, o enfrentamento à pandemia da Covid-19, entre os anos de 2020 e 2021, com todo o desafio do isolamento social, das milhares de mortes e do aumento da fome e da pobreza no Brasil.

“Acredito que somos uma comunidade e que devemos cuidar uns dos outros.”

Malala Yousafzai

Foram anos de muita resistência e enfrentamento pela defesa das instâncias e políticas públicas para a agricultura familiar conquistadas ao longo de décadas de luta. O Ministério do Desenvolvimento Agrário e grande parte das políticas públicas para a agricultura familiar foram extintas; assim como praticamente não existiam políticas públicas que fortalecessem a nossa juventude, nem havia diálogo possível para pautar a importância e a urgência da sucessão rural.

E o que vimos foi a juventude se reinventando, e reinventando suas lutas para se manter nos territórios e dentro do movimento sindical, porque, com tantas perdas, as nossas conquistas até mesmo no movimento estavam sendo ameaçadas. Como sabemos, em momentos de crise, são as mulheres e os sujeitos oprimidos, como a juventude, que têm os seus direitos mais diretamente atacados.

Mas, ao final lutamos pela eleição do presidente Lula, em defesa da democracia, pelo retorno e fortalecimento das políticas para a agricultura familiar e para as juventudes, e ganhamos! Lula foi eleito em 2022 e começou seu mandato em 2023. Nesse momento conseguimos entender o tamanho do desafio de reconstruir um Estado e a democracia, de reconstruir tantos direitos e políticas fundamentais para a vida do povo brasileiro.

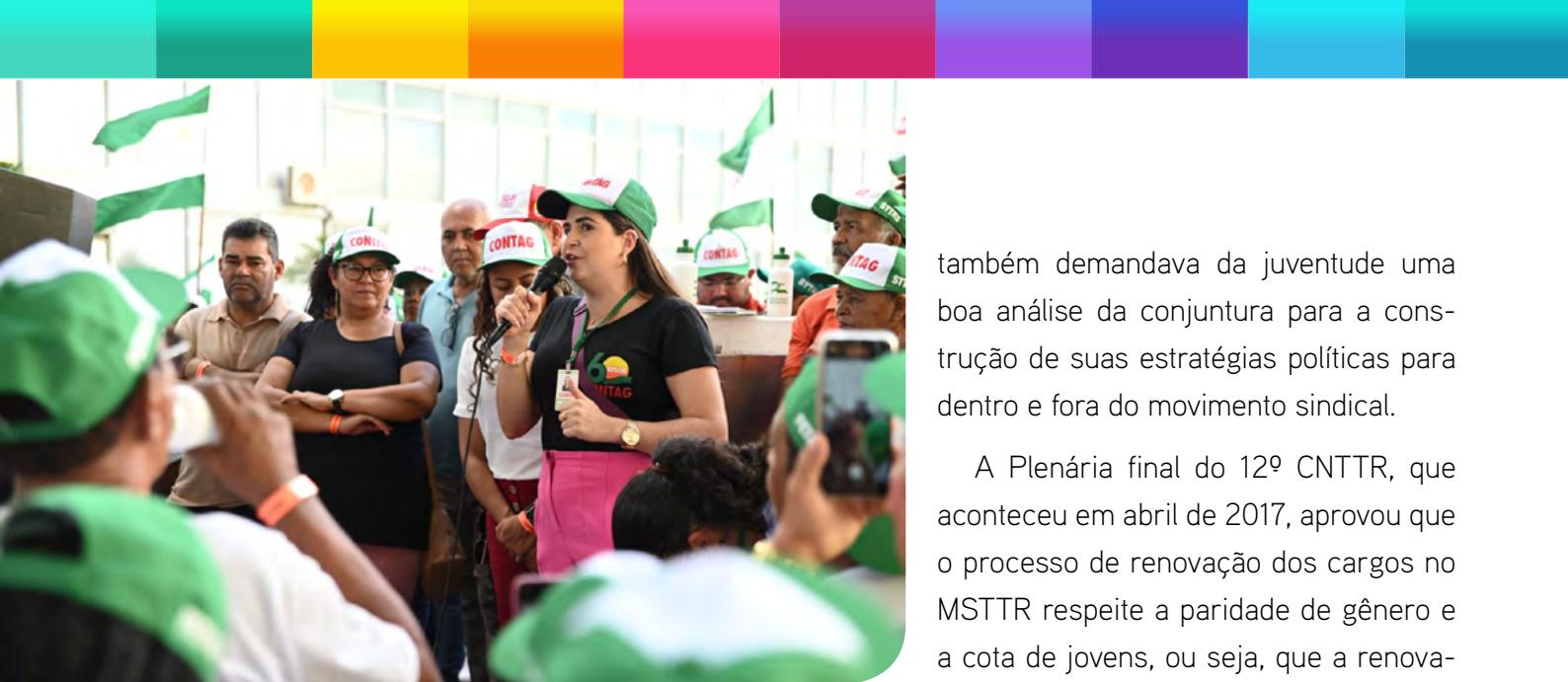
Olhar para a trajetória desse mandato e ver quanta coisa foi realizada para fortalecer as juventudes, na defesa dos espaços de auto-organização dos/as jovens rurais e dos nossos processos de formação é emocionante! Foi possível atualizar e valorizar cada vez mais o Programa

Não fugimos da luta e já conseguimos ver o retorno do MDA e da sua Coordenação de Jovens, da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e a retomada de políticas públicas para a juventude como, por exemplo, o lançamento do Plano Nacional da Juventude e Sucessão Rural. E seguimos na luta!



Juventude rural na entrega da pauta do 24º Grito da Terra Brasil, em 2024

Jovem Saber; realizar encontros, cursos de teatro político, festivais, plenárias tanto virtuais quanto presenciais; construir o Curso Inovar; fortalecer a pauta LGBTQIAPN+ para o movimento sindical e criar o Coletivo Nacional LGBTQIAPN+ do MSTTR; defender e manter a cota para a juventude no MSTTR e pautar a importância da sucessão sindical, entre outras ações.



Mesmo com tantos desafios, muito foi feito! E o que garantiu isso foi a luta coletiva! É importante destacar que a presença forte e atuante da Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais contribuiu muito para que a Secretaria Nacional de Jovens da CONTAG pudesse realizar projetos, atividades e ações que fizeram muita diferença na vida de milhares de jovens do campo, da floresta e das águas.

Congressos e Plenárias da Juventude

Entre os anos de 2017 e 2025, foram realizados três Congressos da CONTAG: o 12º CNTTR, no ano de 2017; o 13º, em 2021; e o 14º, em 2025. Cada um destes congressos foi realizado em um contexto político específico do nosso País: o primeiro, dois anos depois do golpe contra a presidente Dilma e ainda na gestão no governo Temer; o segundo, durante o governo Bolsonaro; e o terceiro, em 2025, no terceiro mandato do presidente Lula. Cada momento exigia respostas diferentes e demandava do movimento sindical posicionamento e pautas próprias. Isso

também demandava da juventude uma boa análise da conjuntura para a construção de suas estratégias políticas para dentro e fora do movimento sindical.

A Plenária final do 12º CNTTR, que aconteceu em abril de 2017, aprovou que o processo de renovação dos cargos no MSTTR respeite a paridade de gênero e a cota de jovens, ou seja, que a renovação não recaia apenas nos cargos ocupados por mulheres e jovens. Um grande passo para garantir, de fato, uma maior presença de jovens e de mulheres em diferentes espaços.

No caminho para a efetivação da cota de, no mínimo, 20% de jovens em todas as instâncias do MSTTR, a juventude obteve uma grande conquista:

A partir do 13º CNTTR, Federações e Sindicatos que não tenham, no mínimo, 20% de jovens em suas diretorias não podem inscrever delegados e delegadas para participação nos Congressos seguintes.

Essas ações fortaleceram a participação política da juventude, reafirmando o compromisso do MSTTR no incentivo à presença da juventude nos espaços de liderança.

No 13º CNTTR, que aconteceu em abril de 2021, em formato virtual por conta da pandemia de Covid-19, a juventude esteve presente com firmeza na luta pelo cum-

primento da cota de juventude nas diferentes instâncias do movimento sindical. E para fortalecer a presença da juventude no MSTTR, ficou deliberada a construção de um Plano de Ação para o Trabalho com a Juventude Rural, que foi lançado em março de 2022.



Já no 14º CNTTR, a juventude aponta para a necessidade do tema da sucessão sindical ter maior relevância em todo o movimento sindical. Atividades formativas, que destacam a importância da juventude para o fortalecimento do MSTTR, são de extrema importância para todo o Sistema Confederativo CONTAG (STTRs/FETAGs/CONTAG). Somente por meio de diálogo, reflexão e construção coletiva é possível sensibilizar e promover transformações para o presente e o futuro do Movimento Sindical.



O Plano Nacional de Ação para o Trabalho com a Juventude Rural foi elaborado pela Secretaria de Juventude da CONTAG e aponta ações estratégicas, além de apresentar um panorama da juventude brasileira e relatos de experiências de boas práticas sindicais com a juventude em diversos lugares do Brasil.



É fundamental que a política de cotas não seja apenas uma representação numérica, mas que, de fato, reverbere numa efetiva participação da juventude. É preciso criar condições para que os/as jovens permaneçam no movimento sindical e consigam consolidar suas trajetórias de liderança.

A juventude também traz de forma forte e incisiva para o 14º CNTTR a urgência de visibilidade e inclusão para os/as sujeitos LGBTQIAPN+ do campo, da floresta e das águas. O MSTTR precisa incorporar em todas as suas pautas demandas da luta por direitos dessas pessoas.

É a juventude rural na luta pelo direito de ser e existir!

Nos espaços preparatórios para os congressos, as plenárias da juventude são momentos importantes de reflexão e construção coletiva de estratégias políticas. São atividades em que juventude, a partir de trocas, diálogos e debates, se prepara para uma participação efetiva e crítica nos Congressos, que são decisivos e de extrema importância para o MSTTR.

Prévio ao 13º CNTTR, a juventude rural brasileira realizou nos dias 01 e 02 de dezembro de 2020, em caráter virtual, a 4ª Plenária Nacional da Juventude Rural, com a participação de mais de 200 jovens de todos os estados brasileiros. Com espírito aguerrido e combativo, a Plenária aconteceu em plataforma digital por conta dos cuidados necessários e da necessidade de distanciamento social colocados pela pandemia de Covid-19.

A programação foi bem dinâmica e diversa com exposições, debates, votações

e momentos culturais, sendo protagonizada pelos e pelas jovens e com a participação de dirigentes e assessorias da CONTAG, das Federações e Sindicatos, bem como de outros convidados e convidadas.

Entre as principais questões colocadas pela juventude participante, tanto nos momentos de debate quanto no chat na Plataforma Zoom, foi a necessidade de incluir jovens na estrutura sindical, dando a eles apoio e condições de trabalho para realizar a luta pela sucessão rural. A aproximação da base, para lidar com os temas e questões mais desafadoras da realidade cotidiana também foi outra forte demanda dos/as jovens delegados e delegadas da 4ª Plenária Nacional da Juventude Rural.



Além dos debates de importantes temas vinculados à sucessão rural, a Plenária também cumpriu o papel de preparar a juventude para o 13º Congresso Nacional da CONTAG.

Em preparação ao 14º CNTTR, a 5ª Plenária Nacional da Juventude Rural aconteceu em Brasília, entre os dias 18 e 21 de novembro de 2024. Com o lema “Sucessão Rural e Sindical - fortalecer a luta para colher conquistas”, a plenária teve como objetivo geral promover debates e reflexões para avanços na luta por Sucessão Rural e Sindical, que mobilizem a juventude do campo, da floresta e das águas para atuação efetiva no 14º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares.

Este também foi um espaço no qual a juventude se propôs a dialogar e debater sobre a conjuntura política, econômica e social do Brasil e seus impactos na vida da juventude do campo, da floresta e das águas; destacar a importância de um trabalho contínuo dentro do MSTTR para o fortalecimento da atuação da juventude em todos os espaços; promover reflexão crítica sobre temas que atravessam de forma decisiva o cotidiano da juventude: sucessão rural e sindical; questões climáticas; saúde mental e diversidades; mobilizar a juventude para participação ativa no 14º CNTTR; realizar momento formativo sobre as propostas de Diretrizes e Planos de Lutas da Juventude para o 14º CNTTR construídas nas Plenárias Regionais da Juventude Rural, realizadas entre julho e agosto de 2024; fortalecer o Programa Jovem Saber destacando o potencial mobilizador e formativo; promover espaço de interação e articulação política da juventude de diversos territórios do País; promover oficinas temáticas e pedagógicas com aprofundamento em questões prioritárias para o fortalecimento da juventude do campo, da floresta e das águas; promover democratização do acesso à cultura por meio da oferta de atividades culturais em diferentes linguagens; e aprofundar a importância da participação sindical nos espaços de controle social voltados para a implementação de políticas públicas para a juventude do campo, da floresta e das águas.

Os elementos discutidos nas Plenárias Regionais da Juventude Rural foram incorporados no documento base que será debatido no 14º CNTTR, de 01 a 03 de abril de 2025. Essa iniciativa consolidou a participação ativa e estratégica dos/as jovens

O processo de construção da 5ª Plenária Nacional da Juventude Rural foi marcado pela realização de cinco plenárias regionais virtuais em sua preparação, em formato totalmente on-line, e chegou a mobilizar cerca de 500 jovens conectados, demonstrando a capacidade de organização e engajamento da juventude rural, mesmo em um formato remoto.

no movimento sindical, reafirmando seu compromisso com a construção de políticas e ações voltadas ao fortalecimento do campo, à sucessão rural e sindical.

Os debates ao longo dos dias foram marcados pela realização de análises críticas da conjuntura para compreender os desafios do cenário político, econômico e ambiental; a necessidade de seguir defendendo a educação contextualizada como um modelo educacional que respeita e valoriza o modo de vida rural; a urgência da resistência territorial e cultural para manter a juventude organizada e para lutar contra os avanços do capitalismo sobre os territórios; assim como a importância da preparação para as eleições de 2026 centrando esforços na mobilização de forças para enfrentar o fortalecimento da direita e defender políticas públicas para a juventude.

Na plenária de encerramento da Plenária Nacional houve a entrega do Plano de Lutas da Juventude Rural da CONTAG para o secretário nacional de Juventude do Governo Federal, Ronald Sorriso, para apresentar as reivindicações da juventude rural ao governo brasileiro.



Festivais da Juventude

Durante o mandato da secretária Mônica, foram realizados dois Festivais da Juventude Rural Conectada e o 4º Festival Nacional da Juventude Rural, além dos momentos preparatórios.



O 1º Festival Juventude Rural Conectada - Construindo um mundo novo, foi realizado nos dias 06, 07 e 08 de agosto de 2020, pelas redes sociais da CONTAG, com entrevistas, debates, vídeos de apresentações culturais dos/as jovens dos estados, música e muita animação.

Entre os objetivos construídos pela Comissão Nacional de Jovens para este momento inovador do nosso movimento sindical estavam: refletir sobre os desafios sociais e econômicos impostos pelo novo coronavírus para a juventude rural e para



a agricultura familiar; dialogar sobre os caminhos que podem ser percorridos para superar esses desafios, construindo novas perspectivas para o presente e o futuro, assim como dialogar sobre que tipo de sociedade a juventude deseja, em que prevaleça a igualdade, a solidariedade, o respeito e o amor entre todas as pessoas.

Nos dias 10 e 11 de agosto de 2022, a Secretaria de Jovens da CONTAG realizou o 2º Festival Juventude Rural Conectada, que reuniu na frente de celulares, computadores, televisores e televisões de sindicatos, milhares de pessoas do campo, da floresta e das águas para

assistir à transmissão feita no YouTube, Facebook e Portal da CONTAG.

O evento virtual foi parte do processo de formação e mobilização para o 4º Festival Nacional da Juventude Rural e também celebração ao Dia Nacional e Internacional da Juventude - 12 de agosto. Ao longo das duas noites de Festival foram abordadas questões como o atual cenário do País, as eleições 2022, o acesso a políticas públicas, a agroecologia, o protagonismo e valorização dos sujeitos do campo, da floresta e das águas, combate ao racismo e à LGBTfobia, entre outros, reforçando o tema “Semeando Resistência e Cultivando um Mundo Novo”.

De outubro de 2022 a janeiro de 2023 foram realizados cinco Festivais Regionais da Juventude Rural em preparação ao 4º Festival Nacional da Juventude Rural, que foi realizado em abril de 2023.

O Festival da Região Sul aconteceu em Santa Catarina e reuniu 33 jovens. O da Região Sudeste aconteceu em Minas Gerais, com 40 jovens. Já o da Região Nordeste foi em Alagoas, reunindo 100 jovens. Em Brasília, aconteceu o da Região Centro-Oeste, com 30 participantes. O da Região Norte foi no Pará, com a presença de 80 jovens.

Os cinco festivais foram voltados para o tema da Comunicação Popular!

A Secretaria Nacional de Juventude, em amplo debate com a Comissão Nacional de Jovens, compreendeu a importância de aproveitar o encontro dos/as jovens nos territórios para fortalecer as estratégias de comunicação já realizadas pela juventude. Dessa forma, firmou parceria com a Comunicação da CONTAG e a ONG Repórter Brasil para oferecer aos/as participantes dos Festivais oficinas de criação de vídeos para redes sociais, podcast, teatro político e oratória.

O material produzido nos Festivais pela juventude foi reproduzido nas redes da CONTAG e amplamente divulgado nos estados na convocação para o 4º Festival Nacional, comprovando a potência da juventude no fazer da Comunicação.

Debates importantes sobre o papel da comunicação popular no fortalecimento de narrativas emancipatórias da juventude do campo, da floresta e das águas também foram realizados com a participação de parceiros e parceiras nos estados. Como resultado desse processo nasceu a Rede de Jovens Comunicadores e Comunicadoras Populares da CONTAG, que tem atuado em várias ações realizadas pela Comunicação da CONTAG.





O 4º Festival Nacional da Juventude Rural foi realizado pela CONTAG, em Brasília/DF, entre os dias 25 e 27 de abril de 2023, orientado pelo lema “Semeando Resistência e Cultivando um Mundo Novo”, com a presença de 5.000 jovens de todos os estados brasileiros.

o 4º Festival teve como objetivo geral construir estratégias de fortalecimento da luta e da organização da juventude rural, visando uma atuação política articulada ao Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS), afirmando a importância da agricultura familiar, da sucessão rural e da garantia do direito a políticas públicas, trabalho, geração de renda e em defesa de um projeto de sociedade democrático, soberano, antirracista, igualitário e agroecológico.

Os/as jovens participaram de debates, oficinas e vivências sobre: o contexto atual, perspectivas e desafios para a juventude do campo, da floresta e das águas; a importância da reconstrução e proposições de políticas públicas que atendam às demandas da juventude do campo, da floresta e das águas; o fortalecimento das estratégias para a sustentabilidade política, organizativa e do trabalho de base,

refletindo a luta e a organização dessa juventude; experiências formativas, organizativas e culturais de base em sintonia com a concepção do PADRSS.

O Festival também foi marcado por uma potente caminhada nas ruas de Brasília e noites culturais com a presença de manifestações produzidas pelos/as jovens em seus territórios. A cultura é um elemento estruturante da luta dos povos do campo, da floresta e das águas.

O encontro produziu uma **Carta Política do 4º Festival Nacional da Juventude Rural** que teve como objetivo apresentar para a sociedade brasileira o sentimento e demandas resultantes de todo o processo de construção do Festival, expressando a importância da sucessão rural para a segurança e soberania alimentar brasileira, uma vez que a agricultura familiar é responsável pela maioria dos alimentos que chegam à mesa dos/as brasileiros/as.

E, a partir de vários diálogos com o governo federal, em processos preparatórios ao encontro, este apresentou ao final do Festival um caderno de respostas às demandas apresentadas na Pauta entregue pela Juventude Rural da CONTAG, em março de 2023.



O 4º Festival Nacional representou um marco histórico para o movimento sindical rural ampliando o conceito de sucessão rural de acordo com o tempo histórico em que se realiza. Os debates sobre as diversidades, agroecologia, educação do campo, novas tecnologias, questões climáticas e saúde mental marcaram o evento demonstrando que a juventude deseja permanecer no campo, mas com bem viver, direitos garantidos e possibilidade de materializar seus sonhos e projetos.



Programa Jovem Saber

Este período também contou com processos importantes de avaliação e atualização do Programa Jovem Saber. Para avaliar a eficácia e debater a necessidade de atualização do programa, adequando às novas tecnologias e temáticas de interesse da Juventude Rural, a Secretaria de Jovens da CONTAG realizou, em 2017, os Salões Regionais do Jovem Saber. Foram cinco, um em cada região do Brasil, reunindo jovens de todos os estados do País. Um momento importante e necessário de escuta e diálogo. O material levantado nos encontros foi essencial para o tra-

balho realizado na elaboração dos novos materiais didáticos.

Além de discutir a avaliação do programa, os Salões do Jovem Saber proporcionaram também para a juventude participante momentos formativos envolvendo os temas centrais da Sucessão Rural.

Após esse processo foi lançado o novo Programa Jovem Saber, com cartilhas atualizadas e a nova plataforma em um encontro nacional realizado em Brasília, na CONTAG, com a participação de 280 jovens de todos os estados.



2022, 2023 e 2024 foram anos da abertura de muitas turmas do Programa Jovem Saber dentro de escolas do campo e também de EFAs, com importantes articulações entre os Sindicatos, as Federações, a CONTAG e as instituições de ensino. O envolvimento dos/as educadores/as das escolas foi fundamental e abriu um novo e excelente caminho para a ampliação do Programa nos territórios. É o Jovem Saber ocupando espaço dentro das escolas!!

No Espírito Santo, no Ceará e no Rio Grande do Sul, centenas de jovens concluíram o programa nesse formato, demonstrando a potência dos diálogos entre os Sindicatos e as escolas no fortalecimento da juventude do campo, da floresta e das águas.

Em 2024, o Programa Jovem Saber completou 20 anos. Com mais de 40.000 jovens formados no País, a iniciativa tem se fortalecido e concretizado como uma grande ação de formação política da Secretaria de Jovens da CONTAG. São muitos e muitas as lideranças atuantes no MSTTR que começaram a sua trajetória no Sindicato por meio de uma turma do Jovem Saber, demonstrando o potencial da iniciativa no fortalecimento e instrumentalização de jovens para a atuação política em suas comunidades.

Para celebrar as duas décadas de atuação do Programa, a Secretaria de Jovens da CONTAG, com o apoio da Comissão Nacional de Jovens, todas as Secretarias da Confederação e da ENFOC, realizou um intenso processo de atualização do material pedagógico e da plataforma. Os temas foram atualizados por meio de videoaulas



No DF, 200 jovens realizaram o Programa na Escola Rural Incra 09 com acompanhamento da Secretaria de Jovens da CONTAG. A formatura desses jovens aconteceu na CONTAG, em um dia de festa e celebração em novembro de 2022.

protagonizadas por cinco jovens, uma de cada região do País.

Na nova plataforma, os/as jovens têm acesso a 25 videoaulas, às cartilhas dos módulos e a uma cartilha extra que apresenta os principais conceitos trabalhados em toda a formação em formato de glossário.



Cursos Inovar Juventude Rural

Uma inovação realizada neste mandato foi a realização dos Cursos Inovar Juventude Rural, que foi resultado de uma ação da Secretaria de Juventude da CONTAG a partir de parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e o Grupo Exata, em resposta à grande demanda apresentada pelos/as jovens nos territórios por cursos técnicos para aprimorar os conhecimentos sobre as diversas áreas produtivas.

Esta foi uma iniciativa para contribuir com o fortalecimento da autonomia de milhares de jovens do campo, da floresta e das águas de todo o Brasil. Os cursos fizeram parte do processo de construção do 4º Festival Nacional da Juventude Rural, “Semeando Resistência e Cultivando um Mundo Novo”. Foram ofertados cursos de Agroindústria Familiar, Quintais Produtivos, Avicultura e Bovinocultura de Leite, destinados aos/as jovens rurais de 16 a 32 anos de todo o País, com duração de 24 horas cada. Foram disponibilizados de forma totalmente gratuita e por plataforma de ensino virtual, podendo ser acessados com ou sem acesso à internet.

Coletivo LGBTQIAPN+

Outra importante ação da atual gestão foi a coordenação da criação do Coletivo Nacional LGBTQIAPN+ do MSTTR, em parceria com a Secretaria de Mulheres e a Secretaria de Políticas Sociais da CONTAG, durante o I Seminário Nacional LGBTQIAPN+ do MSTTR, realizado no dia 31 de outubro de 2024. Sua criação foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da CONTAG, em um momento histórico e abriu espaço para ampliar e qualificar as discussões sobre orientação sexual e a identidade de gênero no movimento sindical rural e sobre o respeito, o apoio e o acolhimento necessário a todas as pessoas que assim se identificam. Com forte atuação da juventude contagiana à frente desta iniciativa, o movimento reconhece a importância e sua responsabilidade para seguir avançando na compreensão e no apoio à luta das pessoas LGBTQIAPN+ por uma sociedade que respeite todas as formas de amor e de identidade.

O Inovar Juventude Rural alcançou cerca de 1500 jovens de todo o Brasil que, ao final de cada curso, receberam um certificado de conclusão.



Formação Política para atuação fortalecida nos territórios

Este período também contou com importantes eventos e atividades formativas que fortaleceram a luta da juventude nos seus territórios. A formação política é fundamental para que os/as jovens consigam mobilizar e articular em suas regiões ações que alimentam a luta da juventude nas comunidades, nas bases do MSTTR.

A Reforma Agrária é pauta fundamental para a juventude!

O II Encontro Nacional sobre Reforma Agrária e Juventude aconteceu entre os dias 12 a 14 de julho de 2022, em Brasília, com cerca de 120 jovens e lideranças de todo o País. O encontro cumpriu um dos objetivos que foi avaliar a implementação das políticas de reforma agrária e de promoção dos direitos humanos e seus impactos na vida de jovens agricultores e agricultoras familiares.

Ao longo da programação foram realizados momentos de debates sobre os desafios dos/as jovens para que a terra seja um espaço de produção e reprodução de vida, geração de renda, de produção de alimentos saudáveis, de cuidados com o meio ambiente, de valorização da cultura, de identidade e sucessão rural.

Dentro da programação também houve um diálogo em parceria com a Frente Parlamentar Mista da Agricultura Familiar sobre a importância da Reforma Agrária como instrumento de promoção da sucessão rural e o desenvolvimento nacional, com a participação dos deputados Heitor Schuch, Vilson da FETAEMG e Elvino Bohn Gass.

O encontro contou ainda com trabalhos em grupo, oficinas temáticas, troca de sabores e sementes com produtos da Reforma Agrária, elaboração de propostas de ação, entre outras atividades e momentos de integração.

O Encontro Nacional de Juventude e Crédito Fundiário foi realizado na CONTAG, em agosto de 2024. Estiveram reunidos a Diretoria da CONTAG, secretários e secretárias de Federações filiadas, a Secretaria de Governança Fundiária e a coordena-



ção de Juventude do MDA e do Departamento de Governança Fundiária do Incra. O debate do encontro foi em torno das políticas de acesso e permanência na terra da juventude rural, a partir do Programa Nacional de Crédito Fundiário e da Política Nacional de Reforma Agrária.

A programação dos dias contou com discussões sobre:

- Contexto, desafios e oportunidades para a luta pela reforma agrária no Brasil;
- O Programa Nacional de Crédito Fundiário e os desafios para execução da linha Terra para Juventude;
- Lutas e conquistas: ações de fortalecimento da sucessão rural e dos territórios do bem viver;
- Políticas de reforma agrária e regularização fundiária para juventude;
- Planejando ações do movimento sindical para a luta pela reforma agrária e sucessão rural.

Um dos desdobramentos do 4º Festival Nacional da Juventude Rural, realizado em abril de 2023, foi o encaminhamento de um trabalho efetivo com a juventude rural direcionado para as eleições em 2024. Os/as jovens apontaram a importância da formação política para o fortalecimento da juventude visando uma forte incidência no cenário eleitoral. Daí nasceram duas importantes iniciativas.

A Secretaria de Jovens da CONTAG ofertou o curso Conhecer para Participar – Formação Política para a Juventude Rural – Eleições 2024, organizado em parceria com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). Foi realizado em formato virtual por meio de 04 encontros, com duas horas de duração cada, entre os meses de setembro e novembro de 2023.

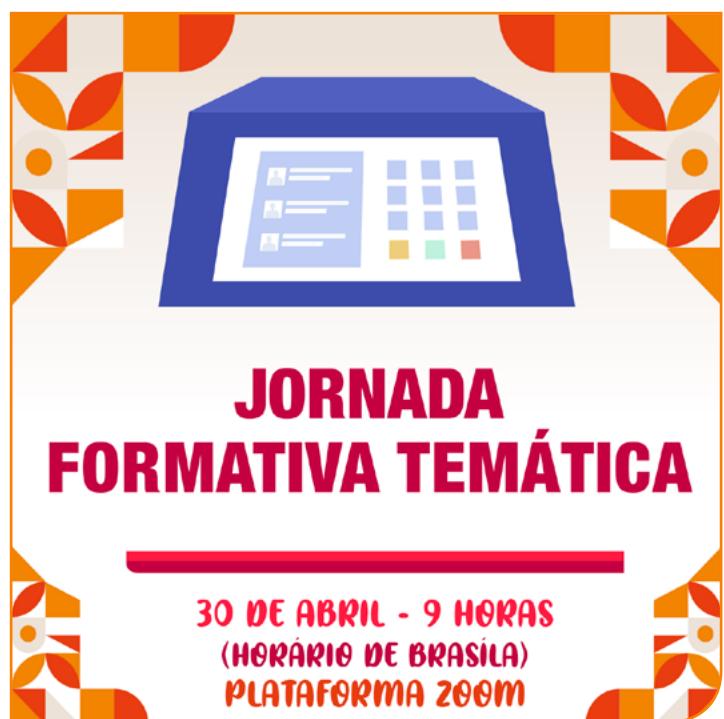
O curso teve como objetivo o compartilhamento de conceitos básicos para compreensão geral da

conjuntura e dos principais elementos da estrutura política visando instrumentalizar e impulsionar a juventude rural. E também entender de forma coletiva e reflexiva: política, democracia e a importância da participação popular a partir do fortalecimento da Agricultura Familiar.

Em julho de 2024, a Secretaria de Jovens da CONTAG, em parceria com as demais Secretarias, promoveu cinco encontros virtuais, reunindo cerca de 247 participantes, para capacitação temática voltada ao processo eleitoral municipal.

As atividades incluíram oficinas de autoformação para pré-candidatos/as, reuniões com pré-candidaturas de grupos diversos, discussões sobre legislação eleitoral, estratégias de comunicação de campanha e debates sobre os projetos em disputa nas eleições.

A iniciativa reforçou a importância da inclusão de jovens trabalhadores/as rurais em cargos políticos, assegurando a continuidade da luta pela sucessão rural e sindical. A formação contínua da juventude é vital para o fortalecimento do movimento sindical e para garantir a representação das demandas do campo nas esferas de decisão política.



Também aconteceram ações formativas no campo da cultura!

Com o objetivo central de refletir sobre arte e cultura, a partir de linguagens e formas de comunicação criativas, que valorizem as lutas e as identidades dos/as jovens do campo, da floresta e das águas, foram realizadas duas edições do Curso de Teatro Político para a Juventude Rural pela Secretaria de Jovens da CONTAG, em parceria com a Cia Burlesca de Teatro do DF.

Os cursos buscaram despertar na juventude habilidades criativas para construir leituras e narrativas críticas sobre acontecimentos políticos e situações sociais; bem como refletir sobre arte e cultura como elementos estruturantes da política; vivenciar diferentes linguagens da educação popular, a partir do teatro e suas expressões artístico-culturais.

O primeiro Curso de Teatro Político aconteceu de 11 a 15 de março de 2020 e contou com a participação de cerca de 50 jovens, e o segundo foi realizado de 13 a 17 de fevereiro de 2023, em Padre Bernardo/GO, com cerca de 60 jovens.

O curso **“Comunicar o nosso mundo para semear Margaridas: Práticas e Estratégias de Comunicação Popular Feminista”**, realizado entre 2022 e 2023 e foi destinado a jovens mulheres ligadas ao Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), teve como principal estratégia a apropriação de ferramentas de comunicação popular, a partir de narrativas feministas que dão visibilidade às lutas, com foco na comunicação popular da Marcha das Margaridas 2023 e no processo eleitoral de 2022.

O curso foi promovido pela CONTAG e coordenado pela ENFOC, Secretaria de Jovens, Secretaria de Mulheres e a Comunicação.



Uma comunicação popular e feminista, produzida pelas jovens margaridas, é fundamental para o fortalecimento das narrativas que fortalecem essas mulheres!

A Plenária Semeando Bem Viver e cultivando Sucessão Rural: Jovens Margaridas reconstruindo o Brasil aconteceu dentro da 7ª Marcha das Margaridas, realizada em Brasília, em agosto de 2023.

A Plenária reuniu mais de 200 jovens margaridas que refletiram sobre a importância da luta por políticas públicas voltadas para as jovens nos territórios que promovam sucessão rural com bem viver. A coordenação de juventude do MDA e a Secretaria Nacional de Juventude do Governo

Federal estiveram presentes contribuindo nos debates e realizando um necessário momento de escuta das demandas apresentadas pelas jovens de diferentes estados.

Relações com o Governo Federal – Políticas Públicas

No terceiro mandato do presidente Lula, entre os anos de 2023 e 2024, uma série de iniciativas de políticas públicas foram implementadas em resposta à pauta do 4º Festival Nacional da Juventude Rural da CONTAG e às lutas das juventudes do campo, da floresta e das águas.



No Plano Safra da Agricultura Familiar 2024/2025, por exemplo, foi incluído um limite de crédito independente para jovens rurais no Pronaf B, no valor de R\$8 mil, chamado de Fomento Jovem. A iniciativa buscava responder às demandas das/os jovens de apoio a projetos produtivos específicos que contribuíssem com o fortalecimento da autonomia e permanência da juventude no campo. No âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Pronaf

A CONTAG esteve presente na 4ª Conferência, realizada em Brasília, em dezembro de 2023, com jovens de diversos estados.

Jovem teve seu limite de crédito aumentado para R\$24 mil, com redução de juros para 4%. O acesso ao crédito pode ser um apoio para que a juventude implemente ações produtivas com as quais pretendem trabalhar em seus territórios. Mas vale destacar a burocracia e dificuldade de acesso a créditos bancarizados.

Outra política anunciada foi o “Terra da Juventude”, parte do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que oferece financiamento para a compra de terras por famílias agricultoras de baixa renda. Este programa é voltado para jovens de até 30 anos e conta com condições de crédito a 0,5% ao ano, carência de 3 anos e 25 anos para pagamento, além de um abatimento de 40% nas parcelas pagas em dia. No entanto, afirmamos que nossa luta segue sendo por reforma agrária.

Também é interessante afirmar a conquista de colocar a juventude rural como prioridade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ação que destina um mínimo de 30% das compras públicas de gêneros alimentícios da agricultura familiar.

Vale afirmar a importância da Secretaria Nacional de Juventude e do Comitê Permanente de Promoção de Políticas Públicas para os Jovens dos Campos, das Águas e das Florestas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), dentro do Conselho Nacional de Desenvolvimento





Rural Sustentável (Condraf), como instâncias fundamentais para a participação ativa de jovens na elaboração e implementação dessas políticas.

Afirmamos ainda a importância do Plano Nacional da Juventude e Sucessão Rural, que segue como nossa maior referência de demandas de políticas públicas para a juventude, e que precisa contar com orçamento para que ele saia do papel e mude de fato a vida das/os jovens no campo, na floresta e nas águas.

Com a nova chegada de Lula à Presidência em 2023, inicia-se um intenso processo de retomada da Democracia e a Secretaria Nacional de Juventude, que foi extinta no Governo Bolsonaro, volta a existir. Já nos dois primeiros anos de gestão realiza a 4º Conferência

Nacional da Juventude e a eleição do novo Conselho Nacional de Juventude, o Conjuve, com a Secretaria de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG compondo o Conselho na representação das juventudes do campo, da floresta e das águas.

A Secretaria de Juventude Rural da CONTAG também acompanhou no dia 10 de dezembro de 2024 um momento muito esperado: o lançamento do Plano Nacional da Juventude e Sucessão Rural, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e a Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR).

O Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural foi construído com base em oficinas presenciais e remotas, integrando a colaboração de



14 ministérios, sociedade civil e jovens de diferentes regiões. E está estruturado em seis eixos estratégicos: Terra e Território; Inclusão Produtiva; Trabalho e Renda; Educação no Campo; Qualidade de Vida; Participação, Comunicação e Democracia.

A iniciativa busca promover condições dignas para que os/as jovens possam permanecer em suas comunidades de origem, fortalecendo a sucessão familiar e contribuindo para o desenvolvimento sustentável das áreas rurais. Focado em jovens de 15 a 29 anos, o plano abrange agricultores e agricultoras familiares, povos originários e comunidades tradicionais que vivem no campo, na floresta e nas águas.

O lançamento do Plano Nacional da Juventude e Sucessão Rural é um marco na construção de políticas públicas voltadas para a juventude rural brasileira.

O Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural é a materialização dos objetivos e demandas da juventude rural, sendo um grande passo de retomada para a sistematização e avanço de políticas públicas. É a ação do governo federal para a promoção da sucessão rural, para que as juventudes possam sonhar, estudar e transformar suas realidades, tendo acesso à terra, educação do campo, saúde, esporte, lazer, informação, participação e democracia.





JUVENTUDE RURAL SEMEANDO RESISTÊNCIA E CULTIVANDO UM MUNDO NOVO!

Nossa Juventude Rural é resistência, força e ousadia!

Muitas vezes somos mais fortes do que imaginamos. Somos fortes porque sabemos ter paciência, sabemos cuidar do solo, semear, cultivar e colher. Somos fortes porque chegamos neste espaço do movimento sindical e em outros espaços com sangue nos olhos, com esperança, com luz e vontade de fazer diferença.

Minha chegada no movimento sindical não foi diferente. Cheguei no sindicato da minha cidade com este sonho e essa ousadia, de fazer diferença, de lutar pelo direito dos trabalhadores e das trabalhadoras e com pouco tempo cheguei até a CONTAG, com muitos desafios para entender a grandiosidade do movimento sindical. Mas, eu tinha uma força e um sonho, a força de ser uma jovem da agricultura familiar e o sonho de lutar por esses/as jovens de todo nosso Brasil, sem distinção, de origem, cor, raça, religião. Porque todos/as nós somos iguais e merecemos ter vida digna!

Assim segui por oito anos neste espaço. Tempo de desafios e também de muita construção em conjunto, com nossa Comissão Nacional e com todo o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Oito anos em que enfrentamos uma pandemia, um retrocesso enorme nas políticas públicas por conta do governo Bolsonaro, mas nos reinventamos e seguimos firmes nessa luta que já tem mais de 24 anos dentro da organização do movimento sindical. A juventude vem conquistando seu espaço!

Vim de uma comunidade bem pequena e aprendi muito com os desafios da vida sindical. O movimento nos fortalece, promove crescimento e amadurecimento. Aprendemos que juntos e juntas somos muito mais fortes! A luta coletiva é o caminho para a construção de uma sociedade mais justa, sem desigualdades e opressões.

Hoje, quero transmitir a vocês o quanto é linda a luta da juventude, o quanto somos fortes e como temos que estar preparados e preparadas para tudo em nossa vida. Não tenham medo de viver, não tenham medo de sonhar. Acreditem em vocês, acreditem na força da juventude rural!

Sigam firmes lutando, sonhando e construindo um mundo melhor, seja no movimento sindical, seja na agricultura familiar, seja em qualquer espaço da sociedade.

Não somos o futuro, nós somos o presente!

Juventude Rural, a hora é agora!



4

**SUCESSÃO RURAL,
SUCESSÃO SINDICAL
E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL
E SOLIDÁRIO**



No centro do debate sobre a consolidação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS) está a afirmação de um campo com gente, que possa construir seus projetos de vida, assegurados/as a partir de direitos e políticas públicas promotoras da qualidade de vida.

Nesse sentido, é preciso compreender que os contextos e identidades que constituem os “sujeitos que vivem no campo”, que são a base do PADRSS, influenciam as condições



**“É sonhar, mas
cavalgando o sonho
e inventando o
chão para o sonho
florescer.”**

Thiago de Mello

concretas de acesso aos direitos. Assim, os componentes de gênero, raça, etnia, geração, orientação sexual, bem como os de ordem social, econômica e cultural, como classe, território, renda, entre outros, operam processos que aprofundam desigualdades. Por isso, há que se reconhecer que as realidades e necessidades vivenciadas pelos sujeitos dos territórios rurais são diversas e requerem políticas e programas que atuem sobre essas assimetrias na proporção dos seus efeitos de exclusão.



Quando analisamos os dados demográficos brasileiros, vemos que, no início do século XX, a média da população rural era de 80%, enquanto a residente nas cidades representava 20%. Segundo o Censo de 2022, o Brasil é constituído, em média, por 203,1 milhões de pessoas, sendo que destas, 12,6% vivem no campo e 87,4% nas grandes cidades. Estes dados demonstram uma ação deliberada do Estado brasileiro no sentido de investir num modelo de desenvolvimento que coloca o urbano no centro, marginalizando, assim, o campo.

A partir da análise de dados estatísticos feita por Abramovay e Camarano, percebe-se que o perfil da migração interna no Brasil foi alterado a partir da década de 1990, onde o êxodo rural passa a ser mais comum entre os rapazes de 20 a 24 anos e entre moças de 15 a 19 anos, sendo anteriormente marcado por maior presença de pessoas com idade entre 30 e 39 anos. Comparando os dados demográficos dos Censos de 2000 e 2010, identificou-se a redução em dois milhões no número de pessoas residentes no meio rural, sendo que destas, 50% (ou um milhão) são pessoas jovens (com idade entre 15 e 29 anos). Comparando os dados demográficos dos Censos de 2010 e 2022, a população jovem rural caiu de 8,305 milhões de pessoas para 7,217 milhões de pessoas, uma redução de quase um milhão de jovens. Dessa forma, podemos concluir que o deslocamento campo-cidade tornou-se majoritariamente juvenil.

A migração resulta de processos complexos, que combinam vários fatores e não obedecem a um único padrão. Na tentativa de construir algumas generalizações, embora saibamos que elas não respondem plenamente à multiplicidade de situações que determinam a migração juvenil, levantamos, abaixo, alguns fatores que julgamos importantes quando observamos este fenômeno, desde a perspectiva da juventude que está inserida na agricultura familiar:

- **Modelo hegemonic de desenvolvimento da agricultura – a modernização conservadora:** a concentração de terras, riquezas e recursos naturais, e a utilização

É preciso pensar nas condições dos/as jovens que vivem e trabalham no campo, na floresta e nas águas. Numa fase da vida determinante para o desenvolvimento pessoal, quais as condições que eles/as vêm desfrutando, no que se refere à educação, ao trabalho e renda, à alimentação, à saúde, ao acesso à cultura e esporte? Lutar por um duradouro projeto de desenvolvimento justo e sustentável para o meio rural, em especial, para a agricultura familiar, passa por assegurar melhores condições de vida também às novas gerações.

de pacotes tecnológicos que degradam o meio ambiente são marcas da atuação do agronegócio brasileiro. Tal realidade reduz as condições de fortalecimento da agricultura familiar, que se desenvolve em propriedades cada vez menores, incapazes de manter o conjunto da família, e que sobrevive sob condições bastante desiguais de acesso às tecnologias e assistência técnica, frente ao desafio do desenvolvimento de uma matriz agroecológica. O ce-



nário de crise climática, muito alimentado por esse modelo, afeta diretamente o cotidiano da agricultura familiar. As mudanças no clima impactam o ciclo de semeadura e de colheita. Enchentes, inundações, secas prolongadas, alagamentos estão cada vez mais frequentes causando grandes perdas para agricultores e agricultoras ameaçando, inclusive, a soberania e a segurança alimentar.

• **Desvalorização do trabalho juvenil:** considerados como sujeitos em formação, como aprendizes do ofício agrícola, os/as jovens, muitas vezes, são desvalorizados/as nos processos de decisão e condução dos rumos da propriedade familiar. Os/as próprios/as jovens que vivenciam processos educacionais e de formação para a agricultura, como por exemplo nas Escolas Famílias Agrícolas e Casas Familiares Rurais, não contam com oportunidades para experimentar estas

aprendizagens. Em outros casos, a renda que deriva também do trabalho exercido pelo/a jovem não é compartilhada. Neste ponto, vale destacar as discriminações de gênero, onde o trabalho das jovens mulheres não é considerado nem no espaço das tarefas domésticas, tampouco nas atividades agrícolas, o que amplia o fenômeno da migração entre as jovens.

• **Baixo acesso à tecnologia na agricultura familiar:** pesquisa e extensão adequadas à realidade da agricultura familiar são fundamentais para estimular a permanência dos/as jovens no campo, da floresta e das águas. A nova geração de agricultores/as familiares quer ter oportunidade de combinar trabalho com maiores oportunidades de tempo livre, lazer, bem como quer ter direito a jornadas de trabalho menos extenuantes. Num contexto onde as famílias têm ficado numericamente menores, o que reduz a disponibilidade

de mão de obra, o acesso às tecnologias é uma saída para ampliar a qualidade de vida no trabalho agrícola.

• **Limites de acesso às políticas públicas, especialmente educação, saúde, esporte e lazer nos territórios rurais:** ainda vivemos num país que reserva menores oportunidades de acesso a direitos às populações rurais. As restrições de acesso às políticas e serviços nas áreas rurais empurram os/as jovens a buscarem estas oportunidades em outros lugares.

Como os dados acima demonstram, não se deve considerar o êxodo rural como uma tendência natural da vida em sociedade, afinal, ele resulta não de um movimento espontâneo, mas de escolhas políticas estruturantes, que produzem impactos profundos sobre o contexto econômico, social, político e cultural do País.

Se, por um lado, ainda há uma intensa migração de jovens no sentido campo x cidade, por outro, o artigo publicado em 2016 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), denominado “Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada”,

mostra que os Censos de 2000 e 2010 registraram um leve aumento das taxas de permanência dos/as jovens nas áreas rurais. Segundo o Ipea, essa elevação se deve ao impacto positivo das políticas públicas de transferência de renda, previdência social e educação sobre a vida das famílias e da juventude, uma vez que, nos últimos 10 anos, a ampliação dos investimentos nas áreas sociais permitiram o acesso dos/as trabalhadores e pelas trabalhadoras rurais a essas políticas.

De 2003 a 2016, o meio rural brasileiro viveu uma melhoria das condições de vida de sua população. Se analisarmos os dados do Índice de Desenvolvimento Humanos (IDH), vemos que muitos municípios do interior do País registram níveis crescentes de desenvolvimento, como resultado de uma agenda pública que valoriza as políticas sociais.

As políticas de previdência social e de salário mínimo atuaram como importantes mecanismos de distribuição de renda no meio rural. Além disso, houve uma evidente interiorização do ensino técnico e superior, a partir da construção de





Institutos Federais de Educação e de novos *campi* Universitários que ampliaram as oportunidades de formação educacional, sobretudo da juventude do campo, da floresta e das águas. Vale registrar, também, a ampliação dos investimentos em políticas voltadas à produção e comercialização da agricultura familiar, dentre elas pode-se destacar: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), Seguro Safra, para citar alguns.

Com o golpe sofrido pela presidente Dilma Rousseff, em 2016, esses avanços que representaram melhorias na vida de milhares de agricultores e agricultoras foram bruscamente interrompidos. Nos Governos Temer e Bolsonaro muitas dessas políticas foram extintas ou existiram com orçamentos baixíssimos. Como consequência dessas ações vivemos um período de aumento das desigualdades sociais e econômicas.

Com o retorno de um governo democrático, em 2023, no novo Governo Lula, as políticas e progra-



mas voltados para o fortalecimento da agricultura familiar retornaram, alimentando um novo cenário de esperança e crescimento. O retorno da Secretaria Nacional de Juventude, dialogando com todos os Ministérios do Governo, na luta pela implementação de políticas públicas para o fortalecimento da juventude, é um exemplo da disposição política dessa gestão federal com as pautas da juventude. A 4ª Conferência Nacional da Juventude

Permanecer no campo não depende apenas de uma escolha privada, feita pelos/as jovens e seus pais, mas, acima de tudo, refere-se à promoção de autonomia, ao acesso aos direitos, à valorização dos sujeitos e da agricultura familiar, questões estas que são também de responsabilidade do Estado brasileiro.

aconteceu em dezembro de 2023, promovendo um amplo debate sobre as principais pautas da juventude brasileira com a presença de uma representativa delegação de jovens da CONTAG.

Há muito para reconstruir e construir!

A juventude do MSTTR vem pautando a urgência de políticas que promovam oportunidades de permanência dos/as jovens no campo, na floresta e nas águas e a sucessão rural. Dessa forma, entendemos que a sucessão rural só se viabiliza a partir da implementação de um modelo de desenvolvimento rural capaz de gerar oportunidades de vida digna e relações justas para que essas pessoas, sobretudo os/as jovens, possam edificar seus projetos de vida e trabalho nos seus territórios. O modelo de desenvolvimento defendido pelo MSTTR, denominado Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS), baseia-se na realização de ampla e massiva reforma agrária, no fortalecimento da agricultura familiar, no acesso aos direitos e políticas públicas diferenciadas e na superação de relações sociais desiguais, de ordem econômica, territorial, de gênero, étnico-racial e geracional.

A sucessão rural deve ser um compromisso coletivo, assumido pelas diferentes gerações, pelo conjunto da família, do Movimento Sindical, pelos diferentes espaços de socialização (como escola, comunidade, igreja) e pelo Estado brasileiro. Afinal, a sucessão rural é o caminho de construção de um país justo, forte e sustentável no campo e na cidade.

É preciso inserir o tema juventude e sucessão rural na agenda pública, desmisticificando as falsas compreensões que identificam a família como única instância responsável pela escolha de seus sucessores.

Outro aspecto fundamental para estimular a permanência da juventude no meio rural diz respeito ao reconhecimento social dos/as jovens como sujeitos estratégicos para construção de um País justo, forte e sustentável. É preciso valorizar o trabalho dos mais de oito milhões de jovens que estão presentes no mundo rural e na agricultura familiar, que é responsável pela produção da maioria dos alimentos que se come no Brasil.

Em se tratando do reconhecimento da juventude, é importante abordar os contextos vividos pelas jovens mulheres do campo, da floresta e das águas, submetidas a relações machistas que desvalorizam o seu trabalho e retiram delas o direito à sucessão na propriedade, normalmente restrito aos filhos homens. Entendemos que o componente da desigualdade de gênero é central para explicar porque as jovens migram mais e mais cedo que os rapazes.

A organização e ação da juventude trabalhadora da CONTAG tem se orientado pela defesa e incidência no contexto das políticas públicas para os/as jovens rurais, destacadamente as que se referem ao acesso à terra, à educação do campo, ao trabalho e geração de renda e à participação juvenil com autonomia.

Sendo a participação autônoma da juventude um tema fundamental para o debate sucessório, ele também mantém forte vinculação com os processos de fortalecimento da democracia interna do MSTTR, sendo este um campo de atuação estratégico para os/as jovens do MSTTR.

O fortalecimento da juventude não beneficia apenas esses sujeitos, mas toda a agricultura familiar. É incontestável o protagonismo da juventude em processos de transição agroecológica nos territórios, na busca por estratégias de enfrentamento à crise climática, na luta por educação do campo, no apon-

Diálogos intergeracionais são essenciais para que o MSTTR siga forte na luta por conquistas para todos os agricultores e agricultoras familiares.

Sucessão Rural e Sindical, fortalecer a luta para colher conquistas!!!





tamento da necessidade urgente de se falar mais sobre a saúde mental dos povos do campo, da floresta e das águas. Abrir espaço para as vozes da juventude é como arar a terra para os novos cultivos. É unir inovação e tradição na busca por caminhos e soluções para os desafios apresentados pelo tempo histórico que se habita.

A sucessão sindical é fundamental para que o MSTTR siga forte, combativo e atuante na luta por direitos e justiça social. Não se trata apenas da indicação de jovens para assumir cargos, mas de um efetivo fortalecimento da juventude dentro de todas as instâncias do Movimento. É garantir condições de trabalho para as lideranças jovens, incentivar as ati-

vidades formativas e mobilizadoras para a juventude nos territórios e incorporar as suas pautas específicas em todas as esferas de articulação e atuação da política sindical.

A juventude carrega consigo a coragem e ousadia fundamentais para provocar mudanças estratégicas e necessárias. Renovação, movimento, transformações são marcas simbólicas do sindicalismo, que atua de forma articulada com seu tempo histórico e constrói política com reflexão, crítica e responsabilidade. O tempo da juventude é agora e é fundamental que os/as jovens do campo, da floresta e das águas sejam autores/as das suas próprias histórias e protagonistas de suas lutas! ●

Cordel do Saber e o Campo Renovado

Poeta Eliezio, 16 anos, Ipaporanga CE

No sertão de Ipaporanga,
No meio do chão rachado,
Chegou o saber moderno,
Pelo jovem desbravado.
Com cartilhas na mochila,
Fez o campo ser mudado.

O saber foi semeado,
Como chuva em plantação,
Nas páginas cheias de vida,
Deu ao jovem educação.
Hoje o matuto tem sonho,
E esperança no coração.

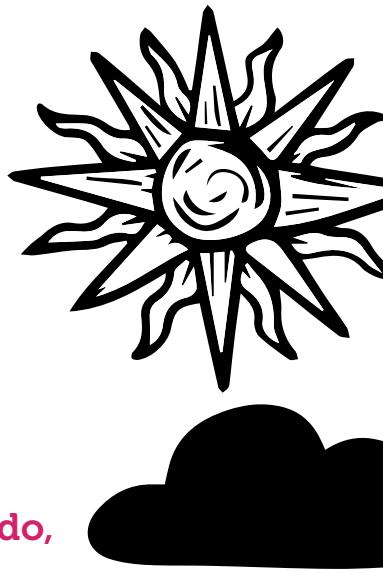
Antes o campo sofria,
Com seca e abandono,
Mas o estudo trouxe luz,
Acordou quem estava em sono.
Hoje se planta com ciência,
E o futuro tem novo dono.

Nas cartilhas aprendemos,
A cuidar do meio ambiente,
Evitar queimada e lixo,
Proteger bicho e semente.
Com a roça renovada,
Tudo segue diferente.

O saber abriu caminho,
Fez o campo florescer.
Com técnicas de manejo,
Tem fartura no colher.
Ipaporanga é exemplo,
De que o estudo faz valer!
E o jovem que era esquecido,
Agora é valorizado.
Nas rodas de conversa,
Sua voz é respeitado.
Com estudo e confiança,
O futuro está traçado.

A escola e o campo unidos,
Transformaram nossa gente.
Com o saber na cartilha,
Tudo segue pra frente.
Ipaporanga floresce,
Com o povo consciente!

Então viva ao jovem saber,
Que o campo veio ensinar.
Com cabeça e mão unidas,
Muito temos pra plantar.
E que a semente do estudo,
Nunca deixe de brotar!





**“É NECESSÁRIO
SE ESPANTAR, SE
INDIGNAR E SE
CONTAGIAR, SÓ ASSIM
É POSSÍVEL MUDAR A
REALIDADE.”**

NISE DA SILVEIRA





Piliada de:
   

